

Relatório de Gestão MPO

1º

2025

TRIMESTRAL

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal
Clayton Luiz Montes

Secretária Substituta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário Substituto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional
João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de Planejamento
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Consolidação SAGE/SE
Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu
Ricardo de Assis Teixeira
Jones Junior Daros
Carla Cristina Araújo
Lilian Chaves Maluf Faúla

Revisão SE
Secretaria-Executiva

Marcus Thulio Rocha Bezerra
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla
Vinícius Fialho Reis

Arte SE
Secretaria-Executiva

Projeto Gráfico
Viviane Barros

Diagramação
Douglas Saymom,
Micer Santos e
Ivan Sasha

Siga nas redes sociais

@MinPlanejamento

@planejamentoeorcamento

Última alteração: 22 de abril de 2025.
**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento
Relatório de Gestão MPO/ Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Executiva- Brasília : MPO, 2025.

87 p. : il.

Trimestral

ISSN 3085-8232

1 Relatório de gestão 2 Prestação de contas 3 Transparência 4 Governança I. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. II. Título.
CDD – 658.151 2

Sumário

1

Governança MPO

Visão Geral do MPO	07
Estrutura Organizacional	08
Organograma do MPO	09
Alta Liderança	10
Funções Essenciais	11
Planejamento Estratégico Institucional	13
Mapa Estratégico	15
Cadeia de Valor	16
Identidade Organizacional	17

2

Desempenho da Gestão

Plano Estratégico Institucional (PEI)	19
Perspectiva de Processos Internos	20
Resultados-chave por Objetivos Estratégico	21
Destaques	23
Desenvolvimento da Perspectiva	24
Gráficos por perspectiva	33
Projetos Estratégicos	35
Perspectiva de Capacidades Institucionais	64
Resultados-chave por Objetivos Estratégico	65
Destaques	66
Desenvolvimento da Perspectiva	67
Gráficos por perspectiva	71
Projetos Estratégicos	73

Sumário

3	Conformidade e Eficiência da Gestão
	Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica 84
	Gestão Orçamentária e Financeira 85
	Instâncias de Governança 85
	Gestão de Pessoas 85
	Gestão de Serviços e Contratações 85
	Gestão de Logística 85
	Gestão de Tecnologia da Informação 85
	Relatório de Gestão Integrado 85
	Plano Estratégico Institucional 85
	Supervisão, Controle e Correição 85

4	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis
	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 86

Introdução

A cada trimestre, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) honra o compromisso de apresentar ao cidadão o Relatório de Gestão Trimestral (RGT). Nesta edição inaugural de 2025, introduz-se o primeiro balanço da gestão após a revisão de projetos estratégicos e resultados-chave estabelecidos no [Plano Estratégico Institucional \(PEI/MPO\)](#) para o período 2024-2027, repactuados entre as unidades ministeriais para este novo exercício. Fundadas as bases dos primeiros anos de governo, descortina-se, nesta oportunidade, um cenário propício para o desenvolvimento e novas perspectivas.

A versão 2025 do PEI/MPO foi aprovada pelo [Comitê Ministerial de Governança em ata da 6ª Reunião Ordinária](#), ocorrida em 17 de dezembro de 2024. A atualização anual do PEI é uma determinação regulamentar prevista no art. 5º da [Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME, de 18 de março de 2020](#). A revisão contempla os projetos estratégicos e seus resultados-chave, de forma que sejam avaliados e adaptados para cada exercício, conforme as pautas e estratégias institucionais das unidades do MPO.

A nova diretriz estratégica do MPO para 2025 ampliou em 34% os projetos e em 47% os resultados-chave em relação ao ano anterior. A carteira atual reúne 39 projetos estratégicos (19 novos) e 50 resultados-chave (43 novos). Entre as principais novidades estão a Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), voltada à melhoria da qualidade das avaliações, e a institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação, que fortalece a governança e a transparência. Também estão previstas ações para modernizar a avaliação das metas fiscais e ampliar o acesso a financiamento internacional. Iniciativas prioritárias, como as Rotas de Integração Sul-Americana, a nova Lei de Finanças Públicas, a Estratégia Brasil 2050 e a revisão de gastos seguem em andamento, reafirmando o compromisso do MPO com o desenvolvimento estratégico do País.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, são apresentados neste Relatório: i) os dados gerais que contextualizam o MPO em sua missão e

estrutura; ii) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; iii) informações sobre a conformidade e a gestão do MPO; e iv) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO em 2024.

Neste instrumento, o MPO apresenta os resultados de sua gestão referentes ao primeiro trimestre, em preparação para a versão anual, na forma do [Relatório de Gestão Integrado](#). Por determinação do Tribunal de Contas da União, no art. 8º, §4º, da [Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020](#), o relatório anual deve ser apresentado pelos órgãos da administração pública até 31 de março do exercício subsequente. As publicações trimestrais, embora não sejam exigidas, representam uma inovação do MPO oferecida ao cidadão com o intuito de promover o diálogo e de convidar a sociedade a participar das decisões de governo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 5º, incisos XIV e XXXIII, dentre os direitos e garantias fundamentais do cidadão o acesso à informação, também regulamentado pela [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação). Em seu art. 37, §3º, inciso II, a Carta Magna também garante a participação social na administração pública, assegurando acesso aos registros e informações sobre os atos de governo.

Ao disponibilizar periodicamente os resultados de sua atuação, o MPO tem em vista a concretização dos preceitos constitucionais e o fortalecimento da transparência na gestão pública, além de incentivar a cultura de prestação de contas como modelo de governança. O Relatório de Gestão Trimestral promove a aproximação entre o planejamento governamental e as demandas da sociedade, valoriza a participação cidadã e contribui para uma administração pública mais aberta, eficiente e conectada com os desafios do País.

Boa leitura!

The background of the slide features a blue-tinted image of a calculator and a spiral-bound notebook. The calculator is positioned in the upper left, and the notebook is in the lower right. A solid orange vertical bar is on the far left.

1

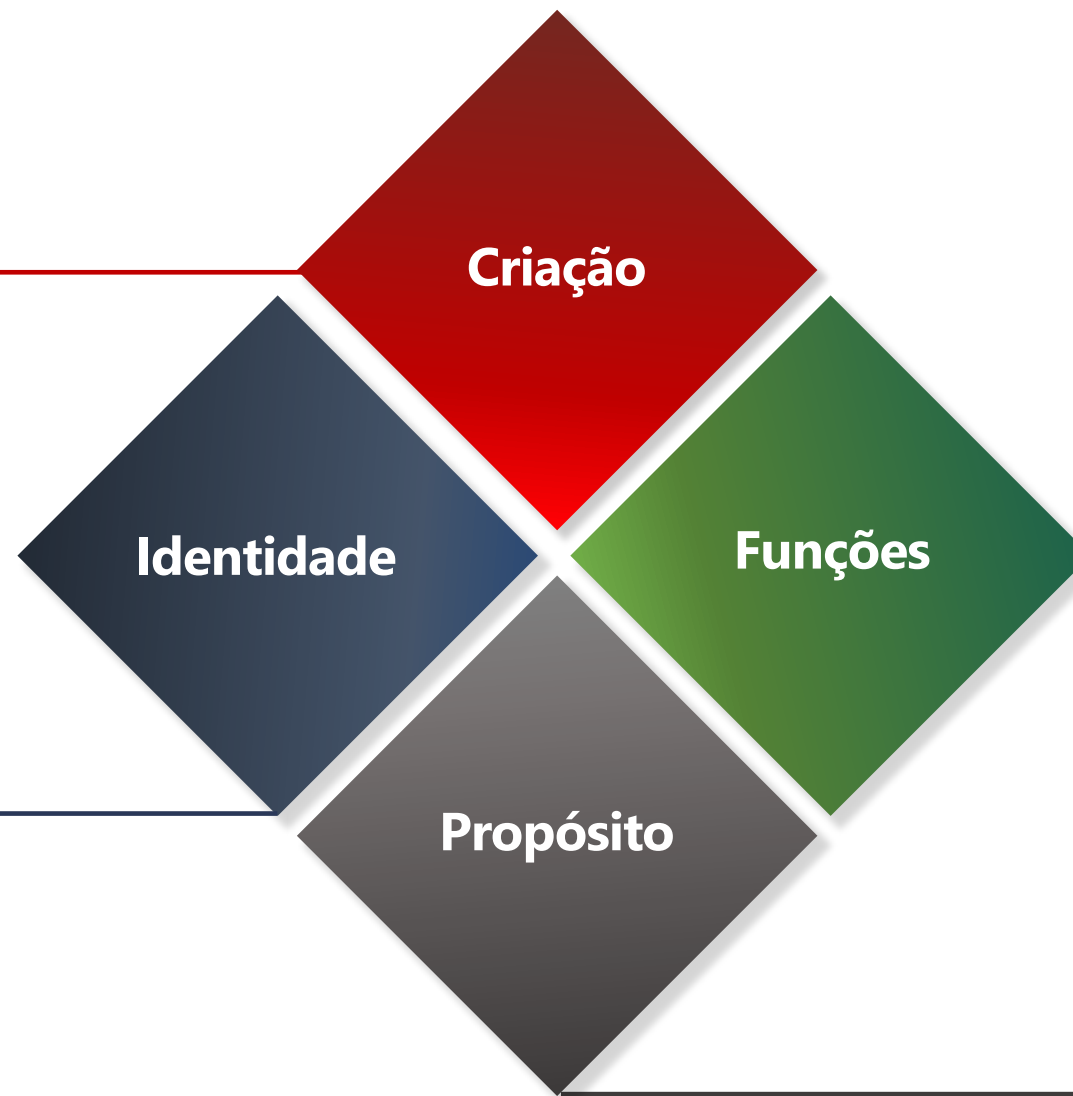
GOVERNANÇA do MPO

Visão geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o **MPO viu seu renascimento em 2023**, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal** (SIPOF), conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

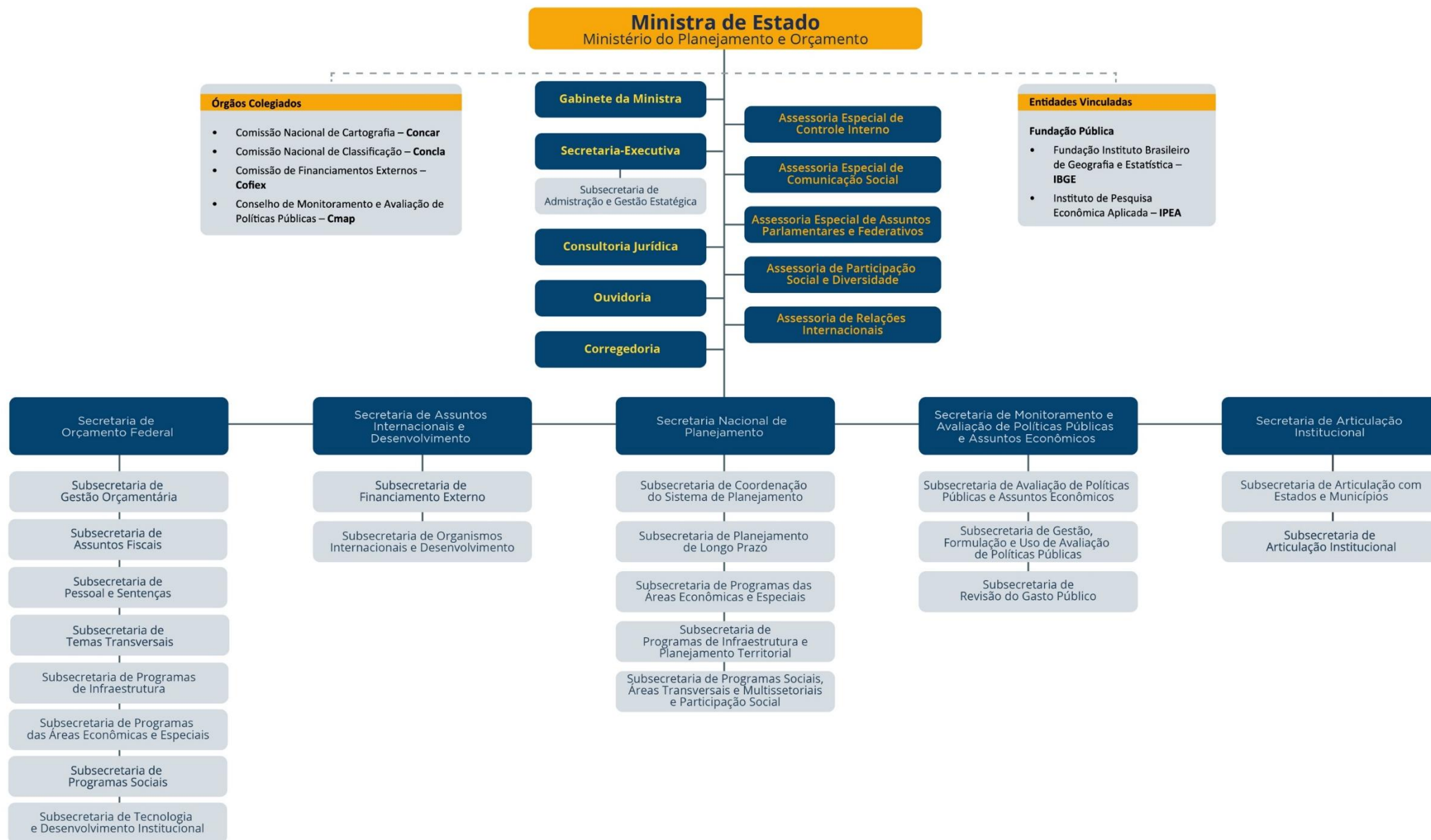
Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

Estrutura organizacional

A **Estrutura Organizacional** do MPO, definida pelo [**Decreto nº 11.353/2023**](#), encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:



Organograma do MPO



Alta liderança

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet
[Conheça o perfil](#)



Secretário Executivo
Gustavo Guimarães
[Conheça o perfil](#)



Secretário Substituto de
Monitoramento e Avaliação
de Políticas Públicas e
Assuntos Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Orçamento
Federal
Clayton Luiz Montes
[Conheça o perfil](#)



Secretária
Nacional de Planejamento
**Viginia de Ângelis
Oliveira de Paula**
[Conheça o perfil](#)



Secretária Substituta de
Assuntos Internacionais e
Desenvolvimento
**Viviane Vecchi
Mendes Muller**
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Articulação
Institucional
**João Victor
Villaverde de Almeida**
[Conheça o perfil](#)

Funções essenciais



Planejamento Nacional

O MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, desempenha um papel crucial na condução estratégica e integrada do desenvolvimento do País. As atribuições da SEPLAN abrangem desde a coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, até a articulação junto aos entes federados, buscando o alinhamento dos planos locais com o planejamento nacional. Além disso, a articulação entre órgãos governamentais para a formulação e gestão das agendas transversais e multissetoriais são partes essenciais do seu escopo de trabalho. Entre as principais responsabilidades da SEPLAN estão a coordenação do planejamento de longo prazo, a elaboração e acompanhamento do plano plurianual e o apoio ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas. E esse trabalho não se restringe apenas ao âmbito federal: há ainda uma busca pelo alinhamento desses instrumentos de planejamento com os de outros entes federados, promovendo coesão entre os diferentes níveis de governo.



Orçamento Federal

A gestão do orçamento federal, atribuída à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), representa um conjunto robusto de responsabilidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política orçamentária do país. Essa gestão envolve desde a coordenação e supervisão da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União até a articulação com entidades públicas e privadas para avaliar a qualidade do gasto público, passando pelo estabelecimento de normas, classificações e acompanhamento minucioso da execução orçamentária. A SOF guia tecnicamente órgãos setoriais nas questões orçamentárias, atua na coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria Nacional de Planejamento, e elabora subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio do orçamento federal.

Funções essenciais



Articulação Institucional

O MPO, por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), atua na coordenação de iniciativas para fortalecimento da integração e do desenvolvimento sul-americano. Contando com uma atuação articulada, a SEAI busca integrar, planejar, coordenar e monitorar iniciativas, estudos e pesquisas, visando aprimorar a compreensão e efetividade das políticas regionais. Isso implica na sistematização de dados sobre integração e desenvolvimento sul-americano, oferecendo subsídios à alta administração ministerial. Além disso, a SEAI desempenha papel crucial na articulação com outros órgãos governamentais, para debater, acompanhar e promover assuntos de interesse do Ministério. Para aprimorar a busca por soluções adequadas aos desafios regionais, a SEAI desempenha o papel de secretaria-executiva da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, com a participação de diversos órgãos públicos e a colaboração da sociedade civil, o que permite a adoção de uma abordagem abrangente e eficaz para promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.



Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

A atuação do MPO, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), se destaca pela sua amplitude e importância estratégica. As responsabilidades da SEAID incluem formular diretrizes para a negociação de programas e projetos, a partir de informações prestadas no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, coordenar a participação do MPO em órgãos colegiados interministeriais e em negociações e foros internacionais nos temas de comércio exterior de bens e serviços e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais. Sua relevância reside na possibilidade de elaborar estratégias, participar ativamente de discussões econômicas e financeiras com outras nações e representar o País em fóruns multilaterais, nos temas de competência do MPO.



Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

O processo de avaliação de políticas públicas assume um papel central e crucial para o desenvolvimento e efetividade das ações governamentais, contando com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) como responsável por propor, coordenar e aprimorar métodos de avaliação. A avaliação minuciosa do impacto financeiro, social e econômico das políticas, aliada à constante análise de indicadores, não apenas fundamenta decisões futuras, mas também abre portas para a constante evolução e otimização das políticas vigentes. Mais do que isso, essa abordagem respaldada em evidências e estudos é um alicerce para a promoção de políticas mais eficazes, favorecendo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

Planejamento Estratégico Institucional



Ministério do Planejamento e Orçamento

O Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2024-2027 é o instrumento principal do planejamento institucional do MPO, contendo:

- a identidade organizacional, traduzida pelo propósito, futuro desejável e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A identidade organizacional serve como um guia para orientar as estratégias, objetivos, políticas e práticas da organização. Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação da execução do propósito do MPO, que é *promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País*.

O diagnóstico estratégico institucional buscou identificar os principais fatores internos e externos que impactam o funcionamento do Ministério e apontar os maiores desafios para o aprimoramento institucional.

Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação dos avanços

alcançados na solução de um dos problemas que o MPO busca resolver, que é a *melhoria da qualidade do gasto público, por meio de uma gestão mais eficiente e criteriosa dos recursos, buscando maximizar os resultados e impactos das políticas públicas implementadas*.

Os **objetivos estratégicos** são os fins definidos pelo MPO para o cumprimento do seu propósito e para a observância dos valores e do futuro desejável que integram a identidade organizacional do Ministério. Para mensurar os 14 objetivos estratégicos definidos, foram fixados 50 resultados-chave (*key results*), organizados sob três perspectivas: i) resultados para a sociedade e governo, com 3 objetivos estratégicos; ii) processos internos, com 7 objetivos estratégicos e 37 resultados; e iii) capacidades institucionais, com 4 objetivos estratégicos e 13 resultados. Por fim, para garantir que esses resultados serão alcançados, foram definidos 39 projetos, representados por atividades conectadas, limitadas temporalmente e vinculadas ao alcance de um dos resultados pretendidos.

Planejamento Estratégico Institucional

Nesse sentido, este Relatório detalhará a evolução dos resultados e dos projetos em 2025, a cada trimestre, de forma a avaliar a execução dos objetivos estratégicos do MPO.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”

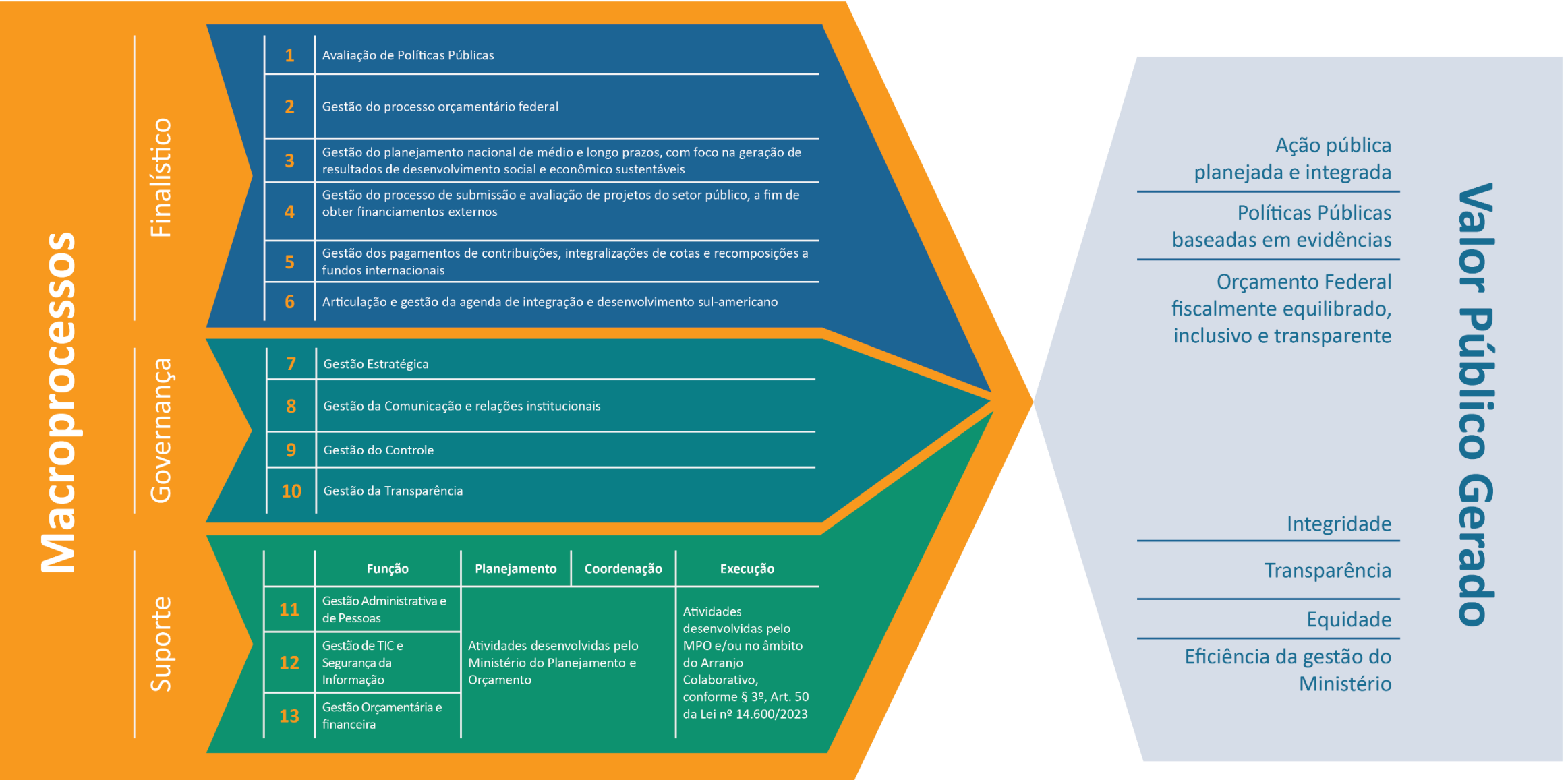
Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



Mapa Estratégico | 2024-2027

Propósito	Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.				Futuro Desejável	Planejamento, orçamento e avaliação de política públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.	
Valores							
Ética e Integridade	Comprometimento	Transparência	Eficiência e Excelência	Sustentabilidade	Democracia	Colaboração e Cooperação	Diversidade
Resultados para Governo e Sociedade							
OE 01 - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos			OE 02 - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas		OE 03 - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança		
Processos Internos							
OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A			OE 05 - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados		OE 06 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União		
OE 07 - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável		OE 08 - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal		OE 09 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais		OE 10 - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano	
Capacidades Institucionais							
OE 11 - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas		OE 12 - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas		OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital		OE 14 - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional	

Cadeia de Valor



Identidade Organizacional | Como o PEI nos move



Propósito

O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



Futuro Desejável

Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusive do País



Valores

Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



Valor Público

O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

Resultados-chave e Projetos

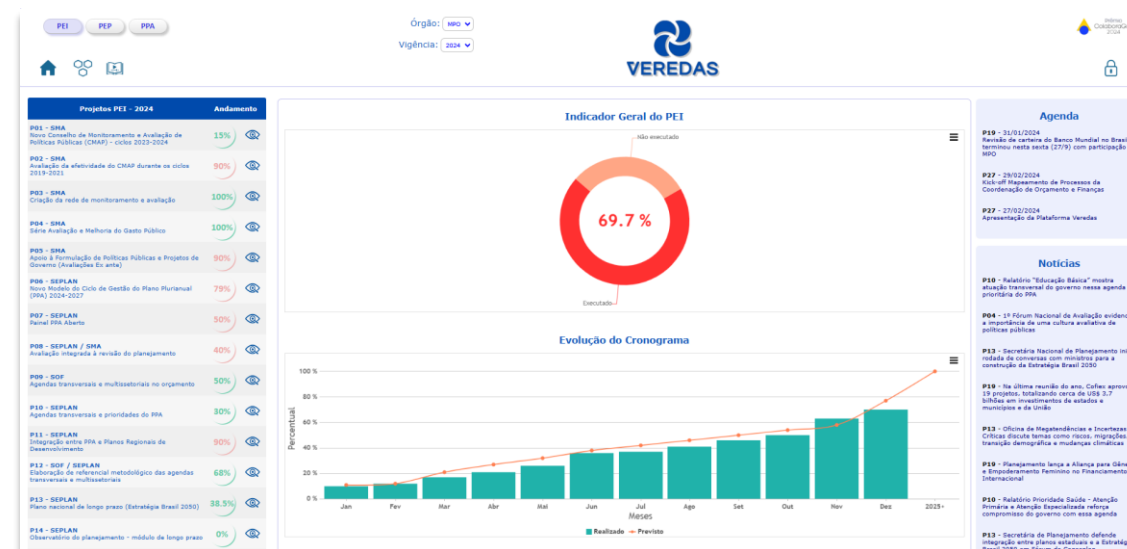
O Sistema Veredas

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permite que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

Além disso, o Veredas facilita a comunicação à sociedade, por meio dos relatórios trimestrais, dos avanços e das dificuldades identificados, garantindo a transparência e incentivando o controle social. Nesse sentido, monitorar e avaliar continuamente os projetos e resultados-chave é essencial para aumentar as chances de entregar à sociedade melhores serviços e políticas públicas mais eficientes.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos *slides*.



"Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu."

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

2

DESEMPENHO DA Gestão

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Processos Internos

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
<ul style="list-style-type: none">• R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise exAnte e Ex-Post);• R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas;• R03 - Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos;• R04 - 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada;• R05 - Realizado 01 diagnóstico do SM&A;• R06 - Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e• R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP.	<ul style="list-style-type: none">• R08 – Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária do Congeo;• R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R10 - Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO; e• R12 - Novo modelo de ação não orçamentária elaborado.	<ul style="list-style-type: none">• R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 20242027;• R14 - Monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros;• R15 – Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União (SOF e SEPLAN);• R16 – Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025; e• R17 – Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024).

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
<ul style="list-style-type: none"> R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado; e R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada. 	<ul style="list-style-type: none"> R20 – Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado; R21 – Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento; R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas (SOF); R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual; e R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários. 	<ul style="list-style-type: none"> R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM; R26 – Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos; R27 – Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros; R28 – Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado; R29 – Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado; R30 – Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo; R31 – Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional; R32 –Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional; R33 – Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional; R34 – 55ª Reunião anual do BDC realizada; e R35 – Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA 	<ul style="list-style-type: none"> R36 – Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana; e R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.

Destaques

MPO e BDC ANUNCIAM

55ª Reunião Anual do BDC

MPO e Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) anunciam a 55ª Reunião Anual do Banco que ocorrerá no Brasil

MPO

Projeto

Rota Amazônica

Pode ser entregue na COP 30

MPO INFORMA

Comissão Nacional de Geoinformação

para fortalecer a governança, em diálogo com o IBGE.

COFIEX APROVA

US\$ 3,5 bilhões

em investimentos de estados, municípios e União.

CONSULTA PÚBLICA

Estratégia Brasil 2050

formula Visão de Futuro: “Que Brasil Queremos nos próximos 25 anos?”

Processos Internos

No primeiro trimestre de 2025, os projetos finalísticos do MPO, representados pela perspectiva de Processos Internos no Mapa Estratégico, já avançaram em direção ao cumprimento das metas do PEI 2024-2027 programadas para o exercício.

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2025, dois foram alcançados, o que representa 5% do total da perspectiva. Das atividades previstas nos cronogramas dos projetos, 13,7% foram concluídas dentro do prazo previsto e 48% foram iniciadas e encontram-se em andamento.

As principais realizações ocorreram no campo do aperfeiçoamento da governança do sistema de planejamento governamental e do processo de financiamento externo de projetos do setor público. De modo geral, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

O MPO e o Banco Mundial se reuniram, em 17/03/25, para discutir soluções para os desafios do desenvolvimento no Brasil e formas de tornar o gasto público mais eficiente.

Durante o encontro, o economista sênior Cornelius Fleischhaker apresentou o **Relatório de Finanças Públicas com um Olhar Verde**, que propõe estratégias para ampliar o espaço fiscal, aumentar a arrecadação e adotar políticas fiscais sustentáveis. O estudo aponta que medidas nessa direção podem gerar um impacto econômico de R\$ 464,8 bilhões, o equivalente a 3,9% do PIB.

O Secretário-Executivo do MPO, Gustavo Guimarães, ressaltou que a parceria fortalece o compromisso do Governo com soluções inovadoras e sustentáveis, alinhadas às melhores práticas internacionais. O diálogo contínuo entre MPO e Banco Mundial ajudará a identificar oportunidades de melhoria no curto e médio prazo, promovendo políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, fortalecendo as ações do projeto P03 – Avaliação e Melhoria do Gasto Público.

Além do diálogo internacional sobre eficiência fiscal, o MPO também avança na implementação da MAPP (Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas). Uma importante etapa de implementação foi concluída com o treinamento de **10 bolsistas**, selecionados em parceria com o IPEA, para a aplicação da metodologia. O grupo será responsável por avaliar **120 políticas públicas** de cinco ministérios, buscando maior agilidade e eficiência no processo avaliativo.

Processos Internos

O treinamento, realizado online ao longo de **15 dias**, abordou os conceitos das quatro dimensões da MAPP: **relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade**. Além da fundamentação teórica, os participantes realizaram exercícios práticos de levantamento de informações e simulação da aplicação da ferramenta.

Nesta fase inicial, a aplicação da MAPP visa fortalecer a qualidade dos itens avaliativos, a partir de respostas independentes dos aplicadores, e gerar uma base de dados de referência para aprimorar a calibragem da ferramenta.

Paralelamente, o MPO apresentou um modelo de monitoramento e avaliação ao Comitê Integrado (CI) da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIP), que tem como objetivo fortalecer a articulação entre governo federal e entes subnacionais para a priorização das crianças em situação de vulnerabilidade, promovendo a integração das ações nos setores de Saúde, Assistência Social, Educação, Proteção e Justiça.

Com a aprovação do modelo pelo Comitê, o MPO avançará na construção de um plano detalhado de monitoramento e avaliação da PNIP, que incluirá:

- Definição de teorias de mudança e quadros de indicadores para monitoramento de entregas e resultados;
- Implementação de análise socioeconômica ex ante dos efeitos esperados;
- Estruturação de estratégias de avaliação ex post para aferição da efetividade da política.

A iniciativa reafirma o compromisso do MPO com uma gestão pública mais eficiente, transparente e baseada em evidências, contribuindo para políticas mais eficazes e sustentáveis.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P01, P02, P03, P04 e P05) relacionados ao OE 04 foi de 11%, frente a 6% previsto para o período.

Processos Internos

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

Como parte do esforço para aprimorar a governança do planejamento governamental, os Conselhos e Colegiados Nacionais de Políticas Públicas puderam participar, no mês de fevereiro, do processo de revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, por meio da plataforma Brasil Participativo. Essa iniciativa reforça a participação social, permitindo que cidadãos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas contribuam com sugestões e propostas para o aperfeiçoamento das diretrizes do plano, alinhando as políticas públicas às reais necessidades da população. Com a ação, o PEI MPO-2025 alcança o resultado-chave “R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual”.



O PPA é um instrumento de planejamento governamental que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos. A inclusão da sociedade nesse processo de revisão busca promover a transparência e a efetividade das ações governamentais, garantindo que as políticas públicas sejam mais participativas e atendam às demandas da população.

As informações coletadas pelo monitoramento e autoavaliação do PPA, juntamente com os dados da participação social, trouxeram insumos importantes para o processo de revisão do plano, em implementação a partir de abril/2025. Esse amplo processo de reflexão propiciou o fortalecimento do processo decisório e a integração dos esforços governamentais, contribuindo para o aprimoramento da governança do planejamento governamental.

Ressalta-se que o processo avaliativo do PPA (autoavaliação), desenvolvido no 1º trimestre de 2025 tem a finalidade de identificar pontos de aprimoramento no desenho, na governança e no processo de implementação dos programas, permitindo a correção de eventuais distorções que prejudiquem o alcance dos objetivos e metas.

Com o objetivo de disseminar boas práticas e as inovações implementadas na governança do PPA 2024-2027, o MPO disponibilizou o [Guia de Elaboração do Plano Plurianual \(PPA\) para os Municípios](#), oferecendo conceitos, diretrizes e orientações metodológicas para a formulação dos PPAs municipais no ciclo 2026-2029. Em sequência, a SEPLAN/MPO realizou um [Webinar](#) e possui mais 5 webinários regionais programados para maio, os quais têm como objetivo capacitar os gestores municipais para a elaboração de seus PPAs para o ciclo 2026-2029.

A publicação do guia e a realização dos Webinários reforçam o compromisso do MPO em fortalecer as capacidades de planejamento nos municípios, promovendo maior eficiência e equidade na gestão pública. Como principal instrumento de planejamento do Brasil, o PPA orienta a gestão nos três níveis de governo, propiciando que as políticas públicas atendam às demandas da sociedade.

Processos Internos

Como parte dos esforços para fortalecer a governança do sistema de planejamento, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) criou a Comissão Nacional de Geoinformação – CONGEO, por meio da [Portaria nº 32, de 14 de março de 2025](#), em substituição à antiga Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A nova comissão tem o objetivo de aprimorar a governança da geoinformação no país, promovendo uma gestão mais estratégica, eficiente e alinhada ao PPA 2024-2027 e à Estratégia Brasil 2050. Presidida pela Seplan e com sua secretaria executiva a cargo do IBGE, a CONGEO terá um papel central na articulação entre órgãos públicos e privados, em nível nacional e internacional, promovendo diretrizes, avaliação e integração de dados geoespaciais essenciais ao planejamento de políticas públicas.

O projeto P09 - Novo Modelo de Ações Não Orçamentárias do PPA 2024-2027, concluiu os estudos para subsídios tributários e subsídios crédito e crédito de instituições financeiras oficiais de fomento. Diversas adaptações no SIOP também foram realizadas, permitindo avançar rumo ao alcance do resultado-chave do projeto “R12 - Novo modelo de ação não orçamentária elaborado”.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P06, P07, P08 e P09) relacionados ao OE 05 foi de 25,3%, frente a 33,5% previsto para o período.

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) formalizaram a programação de atividades para 2025 no âmbito da cooperação voltada ao fortalecimento da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes. A iniciativa decorre do Memorando de Entendimento firmado entre as instituições, que visa promover a colaboração técnica e a troca de conhecimentos sobre políticas públicas voltadas para esse público. As atividades planejadas estão organizadas em

três eixos estratégicos: a avaliação da Agenda Transversal, a disseminação da agenda em estados e municípios e o compartilhamento da experiência com parceiros nacionais e internacionais.

A cooperação reforça o compromisso do MPO em aprimorar a gestão e a efetividade das políticas para crianças e adolescentes, assegurando maior alinhamento entre os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores do PPA. A parceria prevê a realização de seminários para orientar municípios na construção de suas próprias agendas transversais, bem como a difusão das boas práticas reconhecidas pelo Unicef no cenário internacional. Dessa forma, a colaboração entre MPO e Unicef fortalece a governança federativa e promove a troca qualificada de conhecimentos, ampliando o impacto das políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil.

Além do fortalecimento da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes, o planejamento das Agendas Transversais Territoriais também avançou com a realização de uma oficina entre o MPO e representantes do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e das Superintendências Regionais de Desenvolvimento (Sudam, Sudene e Sudeco). O evento teve como objetivo consolidar a versão final do documento “Agendas Transversais Territoriais do PPA 2024-2027”. O documento alinha os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste ao Plano Plurianual, garantindo que as políticas públicas reflitam as necessidades e potencialidades regionais. Com lançamento previsto para o 2º trimestre, a publicação integrará a [Série Planejamento Nacional](#).

A Agenda Transversal Meio Ambiente também foi destaque no Seminário Política Fiscal Verde, realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Durante o evento, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPO) abordou o projeto de classificação para os gastos públicos relacionados à mudança do clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres. A iniciativa conta com o apoio de órgãos e instituições como IBGE, IPEA, BID, Ministério da Fazenda e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Processos Internos

O projeto tem como objetivos aprimorar a transparência, promover o alinhamento dos gastos realizados nos Orçamentos da União aos objetivos climáticos do Brasil, quantificar os gastos realizados com a adaptação e mitigação das mudanças climáticas e a gestão dos riscos de desastres. A classificação abrange despesas distribuídas em diferentes órgãos e programas, contribuindo para uma abordagem integrada e baseada em evidências na alocação de recursos.

O aperfeiçoamento da classificação representará um passo significativo na modernização da gestão orçamentária, alinhando o planejamento governamental às melhores práticas internacionais. Com a definição mais precisa dos gastos, será possível fortalecer a governança ambiental e climática, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos e facilitando a prestação de contas à sociedade e a organismos internacionais.

O OE 06 conta em sua carteira com os projetos P10, P11, P12 e P13, os quais estão com 85% das entregas previstas já em andamento.

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

Dando continuidade aos esforços para a realização do planejamento estratégico de longo prazo do Brasil, iniciou-se em março a realização de uma série de eventos estaduais denominados "Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2025-2050", a fim de coletar subsídios junto à sociedade para a construção do plano. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, participou em 31 de março de 2025, em São Paulo, do evento, promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). No encontro, realizado no auditório da Fiesp, ela defendeu o planejamento como eixo estruturante para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. Tebet enfatizou que "o que faltou há quatro anos, não vai faltar neste governo, não vai faltar

no futuro", destacando a necessidade de transformar planos de longo prazo em política de Estado. A Estratégia Brasil 2025-2050 busca definir metas e indicadores para orientar o crescimento do país para os próximos 25 anos.

Foi realizada também a primeira etapa da Oficina de Estudo Estratégico sobre Infraestrutura, sediada no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na ocasião, a secretária Nacional de Planejamento, Virgínia de Ângelis, ressaltou a importância da integração entre setores para um planejamento coeso e eficiente. Ela destacou que a convergência entre as áreas é essencial para ampliar a viabilidade, transparência e eficiência dos projetos, resultando em impactos positivos para o futuro. O evento reuniu especialistas e representantes de diversos ministérios e institutos, promovendo um alinhamento estratégico entre os principais setores da infraestrutura nacional.

A oficina incluiu uma dinâmica interativa para fortalecer a sinergia entre os participantes, que analisaram tendências, desafios e metas setoriais. No setor de transportes, foram debatidos os desafios na expansão e modernização das rodovias, ferrovias e aeroportos. Na área de energia, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou cenários futuros, considerando questões climáticas e geopolíticas. Já no setor de telecomunicações, as discussões abordaram a necessidade de inovação, conectividade e segurança digital. A iniciativa reforça o compromisso com políticas públicas mais transparentes e eficientes, preparando o Brasil para os desafios da infraestrutura nas próximas décadas.

Além da infraestrutura, outro eixo fundamental da Estratégia Brasil 2050 é a resiliência econômica diante das mudanças climáticas. Em uma oficina específica sobre o tema, especialistas discutiram os impactos econômicos das alterações climáticas e os desafios para o desenvolvimento sustentável. O debate abordou as implicações para diversos setores produtivos e a necessidade de incorporar estratégias de mitigação e adaptação nos planos de longo prazo do país. Foram analisados cenários futuros que incluem riscos associados a eventos climáticos extremos e possíveis medidas para garantir a sustentabilidade econômica diante dessas transformações.

Processos Internos

A discussão ressaltou que a adaptação às mudanças climáticas não deve ser vista apenas como um desafio ambiental, mas também como uma oportunidade para impulsionar novos modelos econômicos. Investimentos em infraestrutura sustentável, tecnologias limpas e políticas públicas eficazes podem reduzir vulnerabilidades e estimular o crescimento econômico. A Estratégia Brasil 2050 busca consolidar uma visão integrada para que o país esteja preparado para os impactos ambientais, garantindo um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e alinhado às transformações globais.

A Estratégia Brasil 2050 também foi tema de discussão no Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas. Durante a oficina conduzida pela Seplan, foi ressaltado que o plano busca antecipar desafios como mudanças climáticas, transição demográfica e desigualdades regionais, promovendo um crescimento sustentável e inclusivo para os próximos 25 anos. A secretária Virgínia de Ângelis enfatizou a importância de um planejamento integrado entre municípios, estados e a União, garantindo que as estratégias nacionais se traduzam em políticas públicas alinhadas às necessidades da população.

Como parte do processo de construção do plano, foi [lançada uma Consulta Pública](#) para coletar contribuições da sociedade sobre os principais desafios do desenvolvimento do país. A consulta, realizada por meio da Plataforma Brasil Participativo, abrange temas como educação, saúde, segurança, infraestrutura sustentável, inovação tecnológica e adaptação às mudanças climáticas. O governo federal busca, com essa iniciativa, consolidar um planejamento equilibrado, participativo e adaptado às transformações econômicas, ambientais e sociais, fortalecendo o compromisso com um futuro mais resiliente e sustentável.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P14 e P15) relacionados ao OE 07 foi de 16,0%, frente a 28,5% previsto para o período.

Processos Internos

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Os esforços do OE 08 têm como objetivo modernizar e tornar mais eficiente a gestão orçamentária no Brasil. A carteira do OE 08 inclui os seguintes projetos: Metas Físicas, Revisão de Gastos, Marco Orçamentário de Médio Prazo e Nova Lei de Finanças Públicas. Essas iniciativas buscam reduzir a ineficiência dos gastos públicos e alinhar o orçamento às prioridades do país, promovendo mais transparência, previsibilidade e responsabilidade fiscal.

Nesse primeiro trimestre de 2025, o projeto do Marco Orçamentário de Médio Prazo avançou na formulação e implementação de melhorias no Sistema Integrado de Planejamento o Orçamento – SIOP, visando o aperfeiçoamento da interface e o fortalecimento das análises intertemporais, com evoluções na consulta aos dados e verificação da consistência das propostas.

O projeto Metas Físicas, por sua vez, tem avançado com aprimoramentos metodológicos que estarão refletidos no Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2026 e nas orientações para a revisão do cadastro de ações do PLOA 2026, visando à melhor evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado resultantes das ações orçamentárias.

No âmbito da Revisão de Gastos, em articulação com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) e com os órgãos coordenadores das políticas e programas definidas pela JEO, consoante o disposto em sua Resolução nº 12, de 28 de janeiro de 2025, que aprovou a Matriz de Responsabilidades de que trata o art. 5º, §1º, do Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira (CTGOF), para o exercício financeiro de

2025, os esforços se concentraram, na avaliação da metodologia e hipóteses consideradas, bem como posterior consolidação das estimativas de impacto fiscal das medidas de economia de recursos e suas respectivas memórias de cálculo, para fins de elaboração da seção de Revisão de Gastos do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026.

O OE 08 conta em sua carteira com os projetos P16, P17, P18 e P19, os quais estão com 75% das entregas previstas já em andamento.

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) anunciaram que a 55ª Reunião Anual do Conselho de Governadores do CDB será realizada em Brasília, de 9 a 12 de junho de 2025. O evento reunirá autoridades, especialistas e representantes do setor privado para debater estratégias de desenvolvimento sustentável nos países caribenhos.

Com o tema "Construindo o Futuro: Instituições Resilientes para um Caribe mais Verde, Forte e Inclusivo", a reunião destacará a importância da resiliência institucional para o crescimento econômico sustentável e a inclusão social na região. O anúncio foi feito em 10 de fevereiro de 2025, em St. Michael, Barbados, durante uma cerimônia que também revelou o logotipo oficial do evento. Na ocasião, o Brasil reafirmou seu compromisso com a cooperação regional, especialmente em áreas como infraestrutura, economia verde e combate às mudanças climáticas.

Processos Internos

A Secretária Substituta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do MPO e o Presidente do CDB destacaram que o tema da reunião está alinhado às discussões da COP30, que será sediada pelo Brasil em novembro de 2025. Além dos debates estratégicos, a reunião servirá como plataforma para troca de conhecimentos, formação de parcerias entre membros do CDB e setor privado e criação de fóruns estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas.

Como parte dos esforços para impulsionar o desenvolvimento sustentável por meio do financiamento externo, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) aprovou um financiamento de US\$ 50 milhões para um projeto de proteção de microbacias urbanas e áreas de recarga de mananciais no estado do Pará. O investimento total será de US\$ 62,5 milhões, com contrapartida local de US\$ 12,5 milhões (20%). O projeto, que será executado pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), visa melhorar a gestão hídrica e a infraestrutura de saneamento, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e o bem-estar da população.

Já o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), em sua primeira reunião de 2025, aprovou um financiamento de US\$ 150 milhões para o Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza, que contará com contrapartida municipal de US\$ 37,5 milhões. O projeto busca promover o desenvolvimento socioambiental da cidade, com ações de urbanização de áreas vulneráveis, drenagem, iluminação pública, instalação de equipamentos urbanos, melhoria da mobilidade e ampliação da cobertura vegetal.

Além disso, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) aprovou US\$ 3,5 bilhões em investimentos para estados, municípios e a União. Os recursos financiarão 20 programas e projetos, sendo 15 voltados para entes subnacionais e 5 para empresas públicas federais.

Entre os principais projetos aprovados, destacam-se:

- Projeto de educação de Joinville (US\$ 100 milhões, BID)
- Segunda fase do Paraíba Rural Sustentável (US\$ 50 milhões, Banco Mundial)
- Refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo (US\$ 1,275 bilhão)
- Investimentos para empresas públicas federais (US\$ 920 milhões), incluindo US\$ 433 milhões para a evolução do Parque Tecnológico do Serpro

Na mesma reunião, a Cofix aprovou seu novo Regimento Interno, que estabelece reuniões trimestrais e define regras mais claras para alterações em projetos já aprovados. Com a aprovação do Regimento, aguarda-se apenas a publicação em Diário Oficial para dar cumprimento ao resultado-chave “R26 - Implementada nova estrutura de governança para a autorização à elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos”

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P20, P21, P22, P23, P24, P25, P26, P27 e P28) relacionados ao OE 09 foi de 23%, superando o desempenho previsto de 20,9%.

Processos Internos

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

No 14º Encontro de Líderes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Brasília, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, destacou que o Projeto das Rotas de Integração Sul-Americana é fundamental para promover desenvolvimento econômico, geração de empregos e aumento de renda nos países sul-americanos.

A iniciativa visa aprimorar a infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, facilitando a integração física e econômica entre os países sul-americanos. A maior conexão do Brasil com países vizinhos facilitará, ainda, o acesso a portos do Oceano Pacífico, reduzindo custos e tornando os produtos brasileiros mais competitivos na Ásia.

A ministra ressaltou que a implementação das rotas de integração contribuirá para a redução de custos logísticos, facilitará o comércio intra-regional e ampliará o acesso a mercados internacionais. Além disso, a melhoria na infraestrutura proporcionará maior eficiência no escoamento da produção agrícola e industrial, beneficiando diretamente os setores produtivos e as comunidades locais.

O projeto está alinhado com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que busca modernizar e interligar as redes de transporte, energia e telecomunicações no continente. A IIRSA, lançada em 2000, é uma colaboração entre os 12 países sul-americanos para promover a integração física e, consequentemente, a integração política, econômica e sociocultural da região.

Ao apresentar as cinco rotas à Secretária-Executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, Tebet informou que a Rota Amazônica, segunda das cinco Rotas de Integração Sul-Americana, tem previsão de conclusão da sua parte brasileira até a COP30, que será realizada em novembro deste ano em Belém (PA). Segundo a ministra, a dragagem do rio Solimões será finalizada em agosto, restando apenas a instalação da aduana da Receita Federal em Tabatinga (AM), um processo já em andamento.

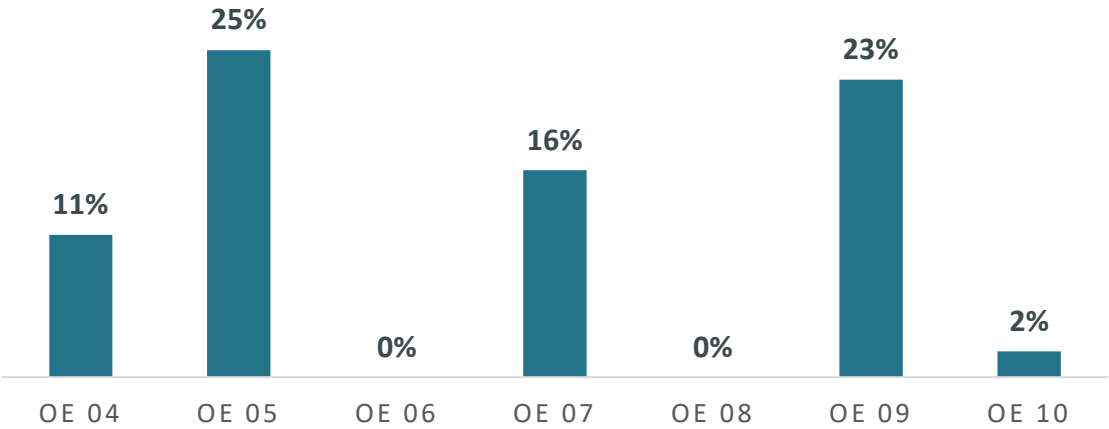
Na oportunidade, Tebet reforçou a capacidade do Brasil em fortalecer a integração regional e ampliar o comércio intrarregional, atualmente limitado a apenas 15% do total das transações comerciais dos países sul-americanos. Ela também destacou que essa pauta tem sido uma prioridade do governo federal e mencionou a disponibilidade de US\$ 7 bilhões em financiamento externo para projetos de integração, provenientes de fundos como BNDES, BID, CAF e Fonplata.

O OE 10 conta em sua carteira com o projeto P29, que possui evolução em seu cronograma de 2%, frente a 13,0% previsto para o período.

Processos Internos

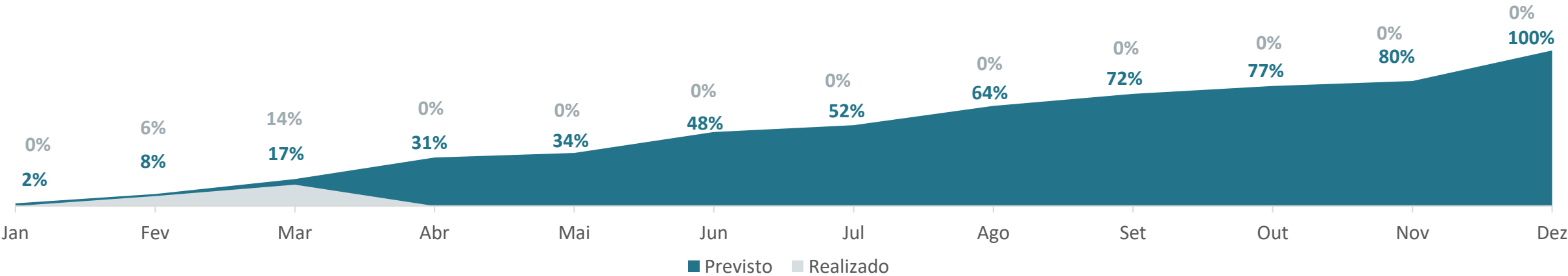
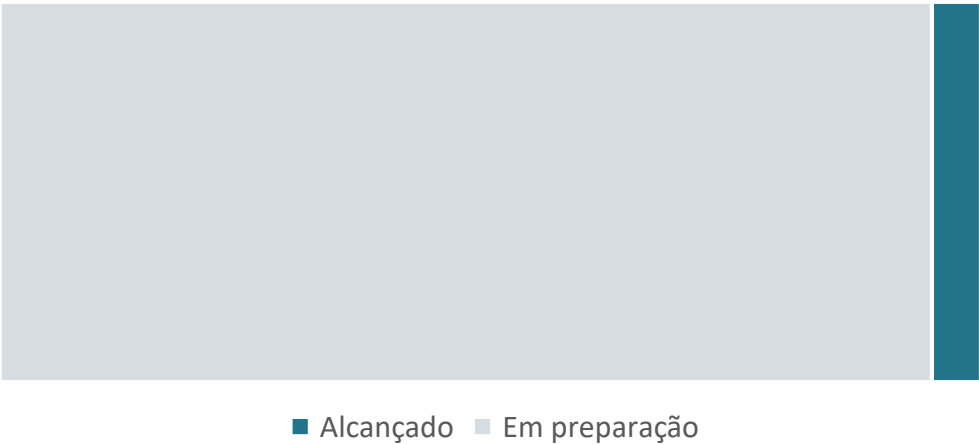
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

% alcançado



Processos Internos

Desempenho por Projetos

% executado

Projeto	Evolução	Detalhes
<div><div></div>P01</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 35
<div><div></div>P02</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 20%	Pág. 36
<div><div></div>P03</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 30%	Pág. 37
<div><div></div>P04</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 5%	Pág. 38
<div><div></div>P05</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 39
<div><div></div>P06</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 20%	Pág. 40
<div><div></div>P07</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 34%	Pág. 41
<div><div></div>P08</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 42
<div><div></div>P09</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 47%	Pág. 43
<div><div></div>P10</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 44
<div><div></div>P11</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 45
<div><div></div>P12</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 46
<div><div></div>P13</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 47
<div><div></div>P14</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 48
<div><div></div>P15</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 32%	Pág. 49

Projeto	Evolução	Detalhes
<div><div></div>P16</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 50
<div><div></div>P17</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 51
<div><div></div>P18</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 52
<div><div></div>P19</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 53
<div><div></div>P20</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 54
<div><div></div>P21</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 100%	Pág. 55
<div><div></div>P22</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 56
<div><div></div>P23</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 32%	Pág. 57
<div><div></div>P24</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 58
<div><div></div>P25</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 59
<div><div></div>P26</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 0%	Pág. 60
<div><div></div>P27</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 50%	Pág. 61
<div><div></div>P28</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 25%	Pág. 62
<div><div></div>P29</div>	<div><div></div><div></div><div></div></div> 2%	Pág. 63

Projeto com início em 2024

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01

Atualização dos Guias de Análise Ex-Ante e de Avaliação Ex-Post

Objetivo: atualizar os guias metodológicos de análise Ex-Ante e Ex-Post, incorporando metodologias e tecnologias modernas, adicionando novos capítulos, seções e exemplos práticos, além de promover consulta pública, workshops e seminários com os interessados.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise ExAnte e Ex-Post)		

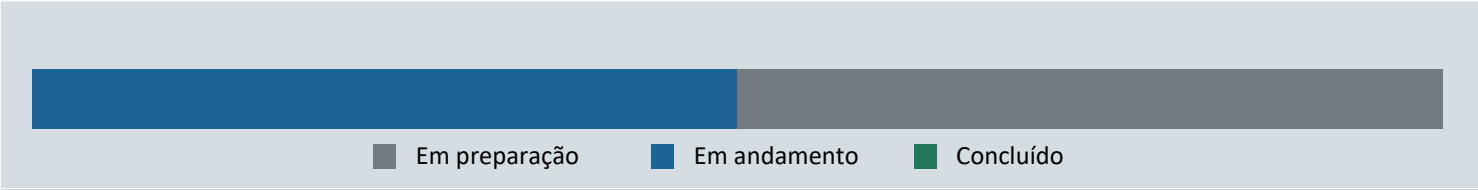
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO conclui ciclo avaliativo de 6 políticas públicas e sugere 33 propostas de aperfeiçoamento](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de atualização dos guias metodológicos de análise Ex-Ante e Ex-Post está em sua fase inicial, com as estratégias de operacionalização e os principais atores já definidos. A iniciativa busca modernizar os guias, incorporando metodologias atualizadas e exemplos práticos, além de melhorar sua clareza e usabilidade. Para isso, foram identificados os principais usuários, que contribuirão por meio de consultas públicas e grupos focais. Também serão organizados workshops e seminários para engajar os interessados e fortalecer a capacidade do governo na realização de avaliações consistentes.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02

Catálogo de Políticas Públicas

Objetivo: integrar informações de políticas públicas aos dados de planejamento e orçamento, facilitando o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Com isso, busca-se aumentar a transparência, melhorar o acesso público a informações governamentais e otimizar a eficiência na tomada de decisões pelo CMAP

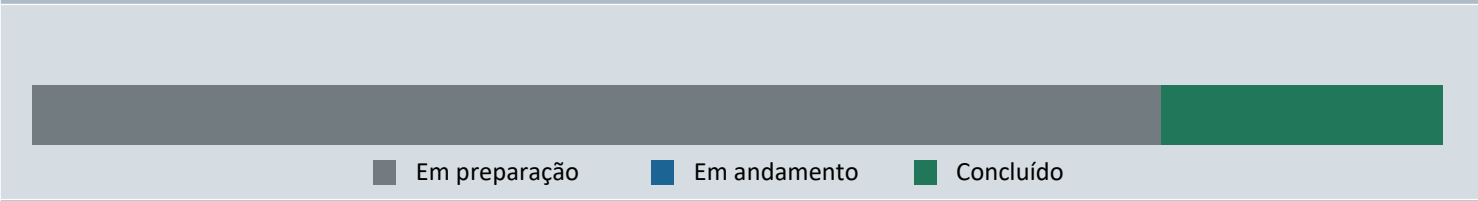
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas		

Notícias relacionadas ao Projeto

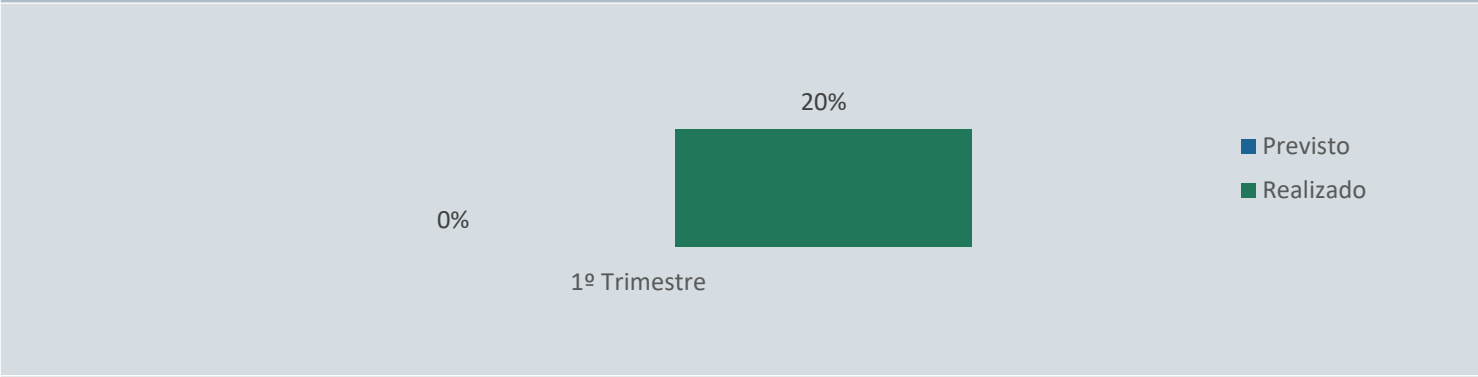
Avaliação do Projeto

Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para alinhar expectativas e diretrizes sobre o projeto, enquanto o IPEA já iniciou a análise exploratória, visando compatibilizar as categorias de variáveis utilizadas no atual catálogo de políticas públicas e o Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOP). A iniciativa busca integrar informações de políticas públicas aos dados de planejamento e orçamento, facilitando seu monitoramento e avaliação. Com isso, espera-se aumentar a transparência, ampliar o acesso público às informações governamentais e otimizar a tomada de decisões pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), garantindo um catálogo atualizado e confiável para gestores e a sociedade.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03

Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Objetivo: sistematizar resultados das avaliações e auditorias de políticas públicas relevantes para a temática da qualidade do gasto público e propor melhorias em políticas públicas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R03 – Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos</p>		

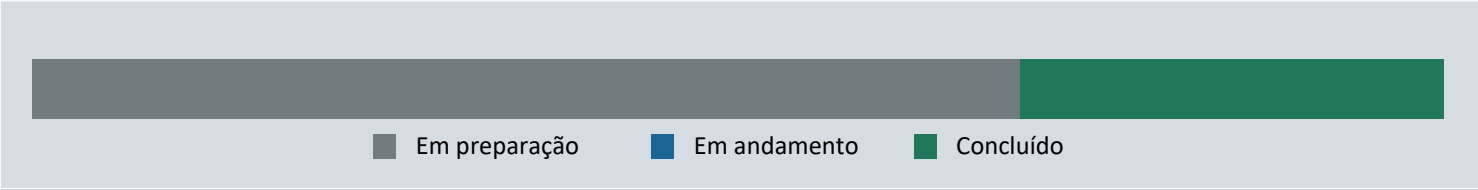
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO e Banco Mundial reforçam parceria na busca de soluções para desafios do desenvolvimento do Brasil](#)

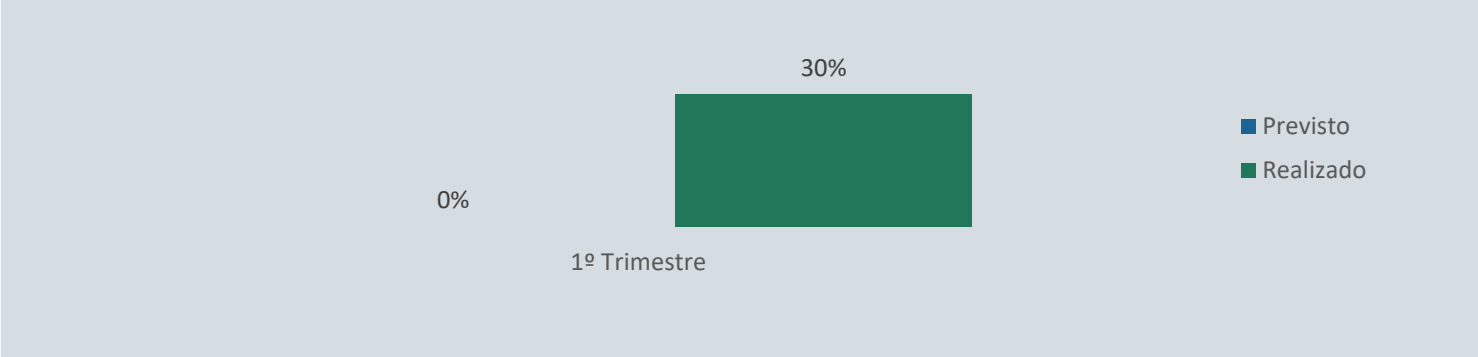
Avaliação do Projeto

O levantamento de dados e informações foi iniciado para a elaboração da primeira versão dos relatórios de revisão do gasto público. A iniciativa busca sistematizar avaliações e auditorias de políticas públicas voltadas à qualidade do gasto, possibilitando a proposição de melhorias. Além disso, foi elaborado documento Anexo IV do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026. O anexo trata do impacto fiscal das recomendações resultantes da avaliação de Políticas Públicas, obtido por meio do processo de revisão de gastos. Foram atualizadas as estimativas de economia no período de 2025 a 2029 no PROAGRO (18,9 bilhões), nos benefícios previdenciários (16,4 bilhões) e BPC (15,4 bilhões). Com isso, espera-se incentivar o uso de evidências pelos órgãos gestores, aprimorar as políticas analisadas e otimizar a alocação de recursos, gerando impactos positivos na gestão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04

Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)

Objetivo: fortalecer a capacidade institucional para avaliar políticas públicas de forma eficiente e padronizada, promovendo escalabilidade no processo de avaliação sem perda de qualidade, otimizando o uso da equipe (menos esforço e mais resultados), e gerando conhecimento estratégico para gestores sobre a eficácia das políticas públicas, contribuindo para uma gestão pública mais informada e efetiva.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada.		

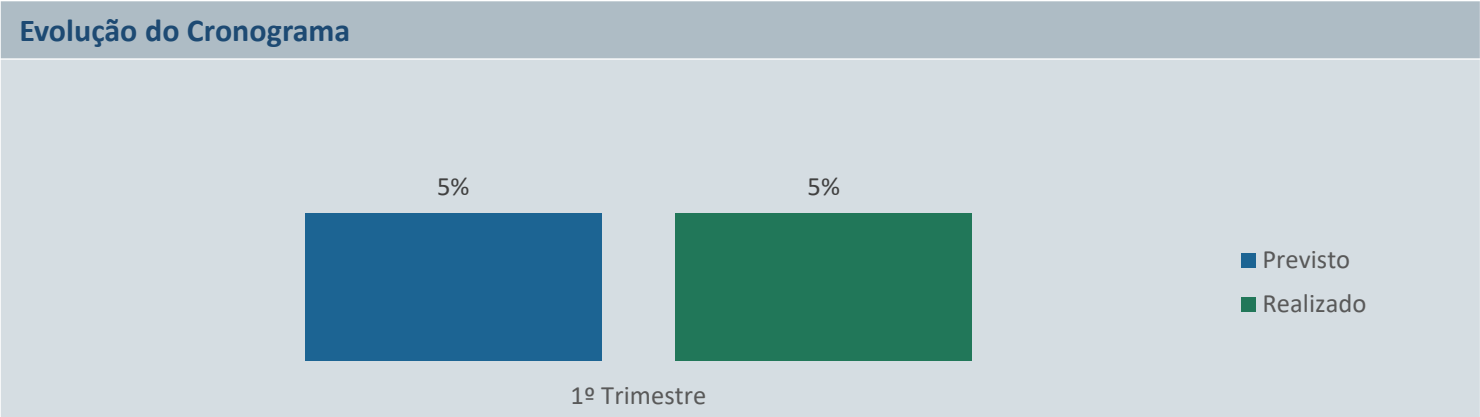
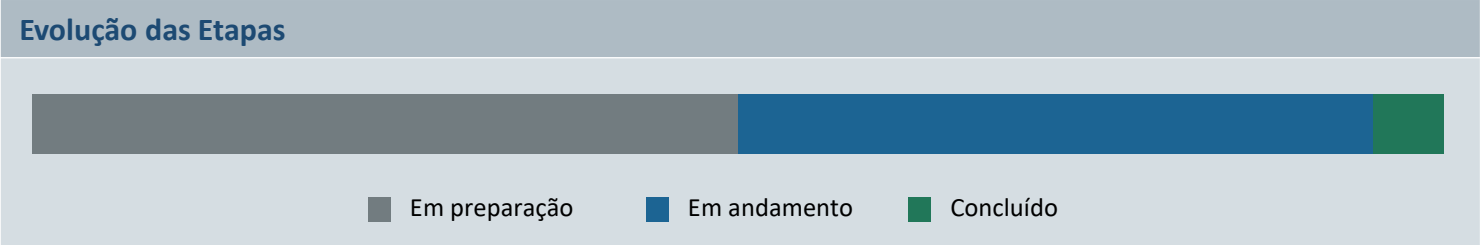
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO leva soluções de planejamento, financiamento e avaliação de políticas públicas a gestores municipais](#)

[>> SMA realiza Treinamento de Bolsistas para Aplicação da Ferramenta MAPP em Avaliação de Políticas Públicas](#)

Avaliação do Projeto

Para fortalecer a aplicação da MAPP, a SMA, em parceria com o IPEA, contratou e realizou treinamentos para bolsistas que atuarão na avaliação de políticas públicas. O objetivo é capacitar esses profissionais para utilizar a ferramenta de forma eficiente, garantindo qualidade e padronização nas análises. O treinamento, realizado online ao longo de **15 dias**, abordou os conceitos das quatro dimensões da MAPP: **relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade**. Além da fundamentação teórica, os participantes realizaram exercícios práticos de levantamento de informações e simulação da aplicação da ferramenta. Nesta fase inicial, a aplicação da MAPP visa fortalecer a qualidade dos itens avaliativos, a partir de respostas independentes dos aplicadores, e gerar uma base de dados de referência para aprimorar a calibragem da ferramenta. Paralelamente, avançam os esforços para digitalizar todo o processo de avaliação, incluindo fluxos de validação, revisões e geração automatizada de relatórios. O projeto busca ampliar a capacidade institucional de avaliação de políticas públicas, garantindo escalabilidade sem comprometer a qualidade. Além disso, visa otimizar o trabalho da equipe, reduzindo esforço e aumentando a eficiência das autoavaliações. Com uma abordagem padronizada e digital, a MAPP gera conhecimento estratégico para os gestores, promovendo decisões mais informadas e baseadas em evidências.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05

Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)

Objetivo: promover a cooperação e a articulação entre os diferentes entes governamentais para a realização de avaliações de políticas públicas, com o propósito de gerar informações e conhecimento que contribuam para o seu aprimoramento contínuo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Realizado 01 diagnóstico do SM&A		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R06 – Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP		

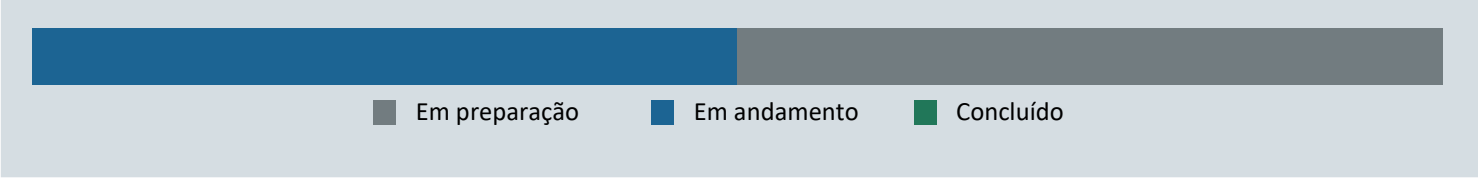
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SMA apresenta modelo de monitoramento para a Política Nacional Integrada para a Primeira infância](#)

Avaliação do Projeto

A primeira etapa do projeto (realização do diagnóstico do SM&A no âmbito federal) foi iniciada com análise das informações recebidas dos Ministérios no segundo semestre de 2023, quando foram coletadas informações sobre as atividades de Monitoramento e Avaliação (M&A). Visando dar cumprimento ao § 5º, Art. 17º, da [Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#) e também subsidiar o diagnóstico, a SMA solicitou os relatórios de monitoramento e avaliação dos planos nacionais e regionais do Plano Plurianual sob responsabilidade de cada ministério. Paralelamente, reuniões do Grupo de Trabalho interno da SMA estão em andamento para definir a melhor estratégia legal para viabilizar o Sistema de M&A. A iniciativa busca fortalecer a cooperação e articulação entre os entes governamentais na avaliação de políticas públicas, promovendo a geração de conhecimento para seu aprimoramento contínuo. Com a estruturação do Sistema de M&A, espera-se consolidar um processo mais integrado e eficiente, garantindo avaliações mais robustas e estratégicas para a gestão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06

Reestruturação da Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação

Objetivo: reestruturar a Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Publicadas 02 Resoluções aprovadas em plenária do Congresso		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO cria a Comissão Nacional de Geoinformação - CONGEO](#)

Avaliação do Projeto

Conforme previsto, foi criada a Comissão Nacional de Geoinformação – CONGEO, instituída pela [Portaria nº 32, de 14 de março de 2025](#), em substituição à Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A criação envolveu um amplo processo de articulação institucional, incluindo anuências dos órgãos membros, preparação de documentos técnicos e tratativas com a Casa Civil para viabilizar sua formalização. O novo colegiado contará com 18 representantes titulares e respectivos suplentes, além da previsão de Comitês Temáticos para aprofundar discussões técnicas. A criação da CONGEO representa um avanço significativo para a governança da geoinformação no Brasil. Instituída pela Portaria nº 32/2025, a CONGEO fortalece a capacidade do governo de gerenciar dados geoespaciais essenciais ao planejamento e desenvolvimento do país. Entre seus principais benefícios, destacam-se o acesso facilitado a dados geoespaciais precisos e atualizados, além da melhoria da eficiência na gestão pública. Presidida pela Seplan e com secretaria executiva sob responsabilidade do IBGE, a comissão terá um papel estratégico na modernização da infraestrutura de dados espaciais, alinhando-se às exigências tecnológicas e de governança contemporâneas. Conjuntamente, também foi publicado o Decreto nº 12.402/2025, que altera o Decreto nº 6.666/2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Evolução das Etapas

Em preparaçãoEm andamentoConcluído

Evolução do Cronograma

30%

20%

PrevistoRealizado

1º Trimestre

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07

Gestão do PPA 2024-2027

Objetivo: fortalecer o monitoramento das prioridades governamentais e a gestão das agendas transversais, promovendo a integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento, o aprimoramento dos atributos do PPA, o ajuste das metas ao novo cenário fiscal e orçamentário, e o fortalecimento do vínculo do PPA com as prioridades do governo e dos órgãos setoriais. Além disso, incentivar a participação social no acompanhamento do PPA, garantindo maior alinhamento às demandas da sociedade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 – Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Participação social para a revisão do Plano Plurianual 2024-2027 vai até 28 de fevereiro](#)

[>> MPO lança guia para orientar os municípios na elaboração de seus Planos Plurianuais](#)

Avaliação do Projeto

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 avançou em fevereiro com a conclusão da coleta de dados do ano-base 2024. Essas informações embasaram o Relatório da Atuação Governamental, parte da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR) 2024. Com o desenvolvimento da autoavaliação dos programas, foram recepcionadas informações essenciais para a revisão do PPA, incluindo a atualização dos valores dos programas e a reavaliação dos cenários macroeconômico e fiscal. O objetivo é alinhar o planejamento às condições econômicas e aprimorar a gestão dos recursos públicos. A participação social na revisão do PPA foi garantida por meio dos conselhos e colegiados nacionais, que utilizaram a plataforma Brasil Participativo para sugerir ajustes em atributos como objetivos específicos e entregas, garantindo o alcance do resultado-chave “R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual”. Essas contribuições, somadas ao monitoramento, servirão de base para as decisões dos órgãos setoriais e para a análise da SEPLAN/MPO.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

34%

34%

Previsto

Realizado

1º Trimestre

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P08

Painel PPA Aberto

Objetivo: evoluir o Painel PPA Aberto para incluir monitoramento do plano, consultas, geração de relatórios com cruzamento de dados e integração com redes sociais. A evolução ainda contemplará um repositório de indicadores e metas da dimensão estratégica, a “etiquetagem” das agendas transversais e das prioridades e a base gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais).

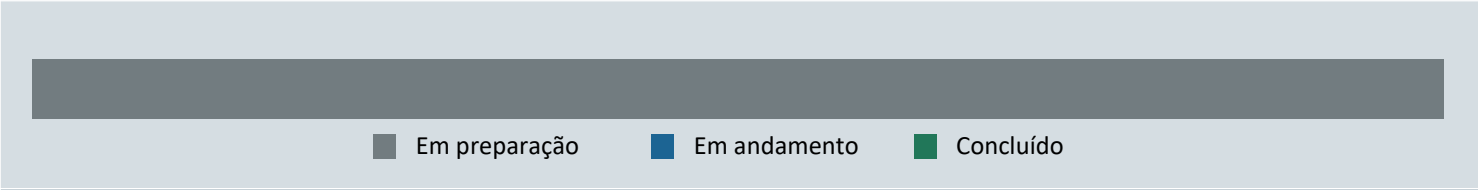
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto **PPA Aberto** tem como objetivo aprimorar o acesso à informação e fortalecer a participação social no Plano Plurianual 2024-2027, por meio da evolução do painel já existente. A iniciativa visa disponibilizar dados detalhados sobre o monitoramento do plano, a regionalização dos atributos do PPA e a extração de consultas e relatórios com cruzamento de informações. Além disso, permitirá a integração com redes sociais e consolidará um repositório abrangente de indicadores e metas estratégicas, bem como a apresentação das agendas transversais e das prioridades definidas no planejamento governamental. Atualmente, a equipe responsável pelo projeto está reunindo os recursos necessários para iniciar a execução da iniciativa.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P09

Novo Modelo de Ações não Orçamentárias do PPA 2024-2027

Objetivo: aperfeiçoar o registro de informações e a gestão das ações não orçamentárias no âmbito do Plano Plurianual, fortalecendo a integração entre gastos não orçamentários e os respectivos resultados de governo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Novo modelo de ação não orçamentária elaborado		

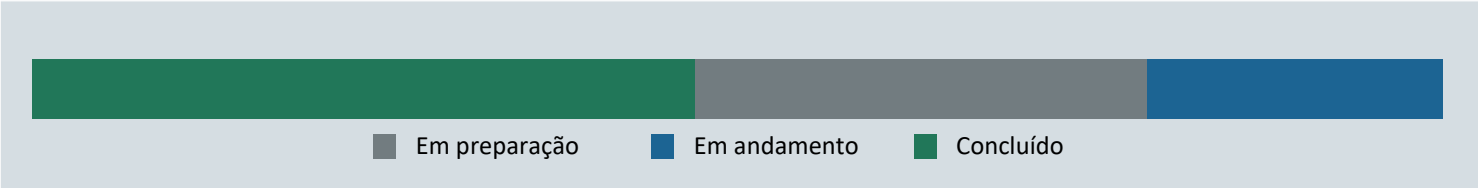
Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

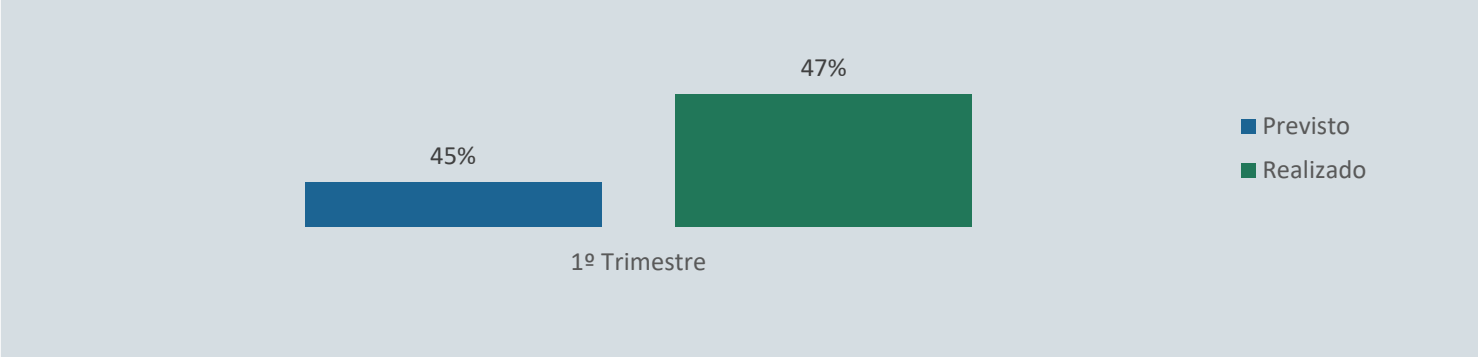
O projeto tem como objetivo aprimorar o registro e a gestão das ações não orçamentárias, promovendo uma maior integração entre esses gastos e os resultados de governo. A iniciativa busca fortalecer a transparência e a eficiência na gestão do Plano Plurianual, garantindo um acompanhamento mais preciso das ações e reduzindo os riscos de inconsistências no monitoramento anual. Dessa forma, o projeto contribui para uma visão mais estruturada e abrangente das políticas públicas implementadas sem alocação direta de recursos orçamentários.

Os avanços na execução incluem a identificação e validação das necessidades de ajuste no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cujas melhorias já estão em fase de implementação. Além disso, foram concluídos estudos sobre subsídios tributários, creditícios e financiamento por instituições financeiras oficiais de fomento. Atualmente, está em desenvolvimento a análise de projetos financiados por organismos internacionais e recursos privados, reforçando a base de informações estratégicas para o aprimoramento e monitoramento das ações não orçamentárias no PPA.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10

Agendas transversais no PPA

Objetivo: permitir a integração e a harmonização de diferentes políticas públicas no PPA 2024-2027, visando garantir que as ações e as iniciativas em diferentes setores e áreas sejam complementares e reforcem umas às outras. A abordagem transversal facilita o alcance de metas comuns, fortalece a eficiência do plano e promove um impacto mais amplo e sustentável.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 2024-2027		

Notícias relacionadas ao Projeto

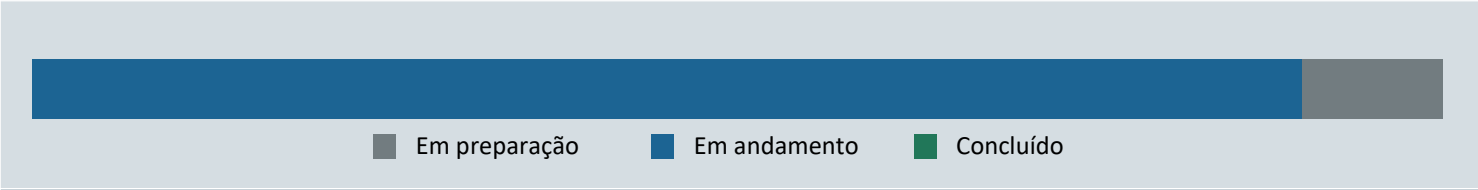
[>> MPO e Unicef definem atividades para o aprofundamento da agenda transversal crianças e adolescentes](#)

Avaliação do Projeto

A SEPLAN e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) elaboraram, em janeiro de 2025, uma programação de atividades a serem desenvolvidas em 2025, no âmbito do Memorando de Entendimentos firmado entre MPO e Unicef para o fortalecimento da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes no PPA 2024-2027. A programação estrutura atividades em três eixos: avaliação e aprimoramento da agenda no plano plurianual, disseminação do conceito nos estados e municípios – incluindo um seminário online voltado aos gestores municipais – e compartilhamento da experiência brasileira como referência internacional. O reconhecimento do Unicef reforça a relevância do modelo adotado pelo MPO e destaca seu potencial para fortalecer políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

Atualmente, estão em elaboração os relatórios de monitoramento das agendas transversais, com previsão de publicação até abril de 2025. O projeto busca integrar e harmonizar políticas públicas, promovendo maior articulação entre setores e garantindo que as ações sejam complementares e eficazes. Entre os benefícios esperados, destacam-se a criação de espaços de diálogo e coordenação entre diferentes atores governamentais e o fortalecimento da transparência, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e alinhada às necessidades da população infantil e juvenil.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11

Integração do PPA com os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD)

Objetivo: aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R14 – monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros.		

Notícias relacionadas ao Projeto

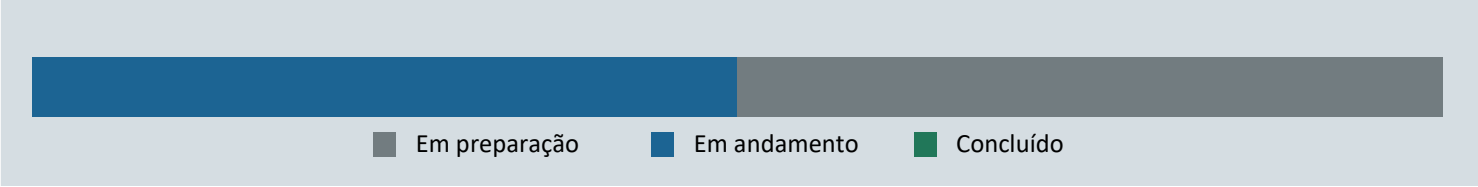
>> [Encontro promove a consolidação da versão final da Agenda Transversal Territorial no âmbito do PPA 2024-2027](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de fortalecimento das Agendas Transversais Territoriais no PPA 2024-2027 avançou com a realização da oficina de validação do documento preliminar, nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2025, no MPO. O evento contou com a participação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional (SDR/MIDR) e das Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (Sudam, Sudene e Sudeco), consolidando a versão final do documento que alinha os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDA, PRDNE e PRDCO) às diretrizes do PPA. Paralelamente, iniciou-se os preparativos para a publicação, que tem previsão de lançamento no segundo trimestre de 2025.

Além disso, o monitoramento das entregas pactuadas nos Planos Regionais de Desenvolvimento foi iniciado, permitindo consolidar informações regionalizadas para a elaboração do Relatório de Monitoramento das Agendas Transversais Territoriais. O projeto busca aprimorar a gestão dessas agendas, garantindo maior eficiência na alocação de recursos, coordenação entre políticas públicas e integração das prioridades regionais no PPA, evitando sobreposições e maximizando o impacto das ações governamentais nas diferentes regiões do país.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12

Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais

Objetivo: desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R15 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SOF apresenta classificação de gasto público em mudança do clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres](#)

Avaliação do Projeto

A iniciativa avançou na estruturação de um referencial metodológico para a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais, resultado planejado para o projeto. A colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na classificação de gastos públicos relacionados ao clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres gerou uma proposta de metodologia de classificação dos gastos, que agora encontra-se em análise e aperfeiçoamento na SOF. Outro avanço importante foi a inclusão da Agenda Transversal de Meio Ambiente no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024. Essa agenda reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam o enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas e/ou que têm o enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas como um de seus objetivos.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P13

Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento

Objetivo: elaborar e publicar relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA 2024-2027; - Publicar lista de ações orçamentárias relacionadas às Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026; e - Elaborar Resumo e Demonstrativo Orçamentário e Relatório das Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026.

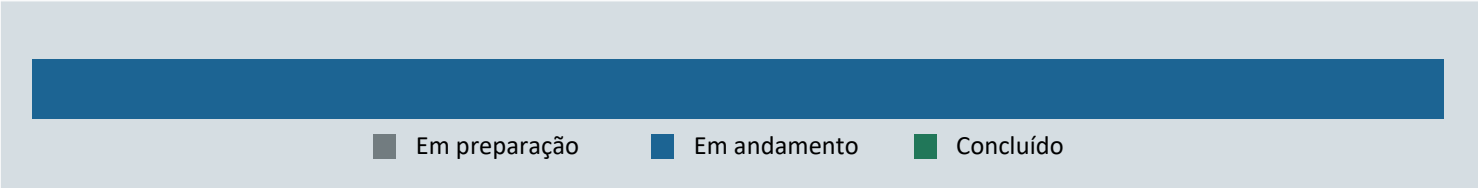
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024)		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo principal aprimorar a gestão orçamentária por meio da elaboração e publicação de relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais do PPA 2024-2027, da divulgação de ações orçamentárias relacionadas a essas agendas no PLOA 2026 e da produção de resumo, demonstrativo orçamentário e relatório específico para o mesmo exercício. Com isso, busca-se ampliar a transparência orçamentária, fortalecer o controle social e promover uma maior integração entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As entregas desses projetos estão em andamento no ciclo de 2025, mas ainda não foram concluídas.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14

Elaboração do Projeto do Observatório do Planejamento de Longo Prazo

Objetivo: elaborar um projeto para a estruturação e o funcionamento do Observatório do Planejamento de Longo Prazo. O projeto envolve a realização de atividades de planejamento para delinear os objetivos, resultados e impactos almejados para o Observatório do planejamento de longo prazo, bem como definir sua estrutura, processos e atividades e entregas correspondentes

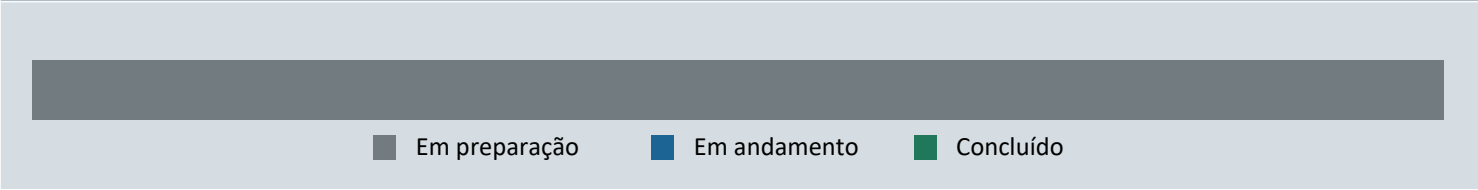
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto para a estruturação do Observatório do Planejamento de Longo Prazo visa estruturar o processo de monitoramento da Estratégica Brasil 2050, propiciando a tomada de decisão tempestiva e informada por dados. O projeto está na fase de preparação e aguarda a finalização do relatório da Estratégia Brasil 2050, prevista para 31/07/2025, para iniciar a fase de execução.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SOF	Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN)

P15

Plano Nacional de Longo Prazo

Objetivo: fortalecer a coordenação setorial e federativa das ações governamentais, enfrentando desafios atuais e orientando a construção de um futuro desejado, servindo como referencial estratégico para investimentos privados e para a cooperação internacional

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Secretaria Nacional de Planejamento e ONU Habitat assinam Carta de Parceria para a Estratégia Brasil 2050](#)

>> [Em oficina para a construção da Estratégia Brasil 2050, especialistas debatem os impactos econômicos da mudança climática](#)

>> [Seplan apresenta a Estratégia Brasil 2050 e Guia de Elaboração do Plano Plurianual \(PPA\) aos novos prefeitos e prefeitas](#)

>> [Primeira etapa de oficina de estudo estratégico reúne especialistas de órgãos da área de infraestrutura para a Estratégia Brasil 2050](#)

>> [MPO abre consulta pública "Que Brasil queremos nos próximos 25 anos?", para formulação da Visão de Futuro da Estratégia Brasil 2050](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de desenvolvimento da **Estratégia Brasil 2050** avança com a realização de oficinas e estudos estratégicos voltados à construção de um planejamento governamental de longo prazo. A iniciativa busca fortalecer a coordenação setorial e federativa, garantindo maior integração entre os diversos níveis de governo e servindo como referencial para investimentos privados e cooperação internacional. Durante as oficinas, especialistas e gestores públicos discutiram tendências, desafios e cenários futuros para áreas estratégicas, como infraestrutura, energia, transportes e telecomunicações. A abordagem integrada permite alinhar políticas públicas com as transformações sociais, econômicas e ambientais, assegurando um planejamento sustentável e eficaz para o país.

Entre os destaques do processo, estão os estudos sobre os impactos das mudanças climáticas na economia e na infraestrutura nacional, que projetam diferentes cenários até 2100 e seus efeitos sobre produtividade, preços, acesso a recursos e crescimento econômico. Além disso, foram promovidas dinâmicas interativas para alinhar visões de futuro, definir metas e estabelecer indicadores que subsidiarão a formulação da Estratégia Brasil 2050. O compromisso com a transparência e a participação social também foi reforçado com a abertura de consultas públicas, permitindo que cidadãos e gestores contribuam para a construção de um plano robusto e legitimado. Com essas iniciativas, o governo federal avança na consolidação de uma estratégia estruturada, capaz de orientar ações governamentais, atrair investimentos e fortalecer a resiliência do país diante dos desafios das próximas décadas.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

57%

32%

Previsto

Realizado

1º Trimestre

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16

Metas Físicas

Objetivo: aprimorar o enfoque na entrega de bens e serviços à sociedade e ao estado, no processo orçamentário e no orçamento, por meio da aplicação de novas diretrizes e critérios na revisão da estrutura programática dos órgãos e da implementação de meios para maior evidência e publicização das entregas e produtos no orçamento

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R20 - Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidência das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R21 - Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo aprimorar o processo orçamentário brasileiro com base no modelo de orçamentação por desempenho, por meio da revisão metodológica de 100% das programações orçamentárias que apresentem falhas na evidência das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado. A iniciativa visa fortalecer os mecanismos de demonstração das entregas públicas, ampliar a transparência e o foco na finalidade do gasto, além de qualificar o processo decisório sobre a alocação de recursos com base em evidências. Entre os principais benefícios esperados estão o fortalecimento do alinhamento entre orçamento e prioridades políticas para o Governo Central, o apoio à tomada de decisão para os órgãos do sistema federal de planejamento e orçamento, e o aumento da transparência para a sociedade sobre os resultados do gasto público.

As entregas desses projetos estão em andamento no ciclo de 2025, mas ainda não foram concluídas.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P17

Nova Lei de Finanças Públicas

Objetivo: apresentar anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

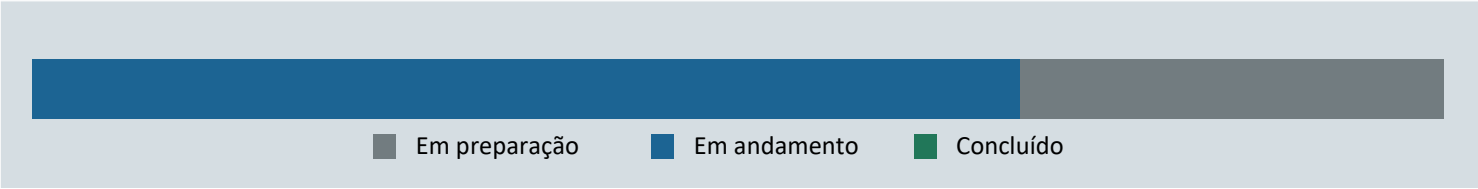
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo apresentar um anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável a todos os entes federativos, em substituição à antiga Lei nº 4.320/1964, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. A iniciativa busca preencher a lacuna de uma legislação complementar atualizada sobre finanças públicas no país, promovendo a modernização e a incorporação de boas práticas de planejamento, orçamento, finanças e controle, além de simplificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, contribuindo para a melhoria do ciclo de gestão do gasto público. Atualmente, as equipes do projeto analisam as propostas de texto enviadas por diferentes órgãos públicos para possível incorporação.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P19

Marco Orçamentário de Médio Prazo

Objetivo: aprimorar o desenho/processo do MOMP implementado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, no exercício de 2024, com vistas à modernização do processo orçamentário brasileiro, notadamente, no que tange aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a partir da adoção da boa prática internacional designada Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), amplamente utilizada por democracias desenvolvidas.

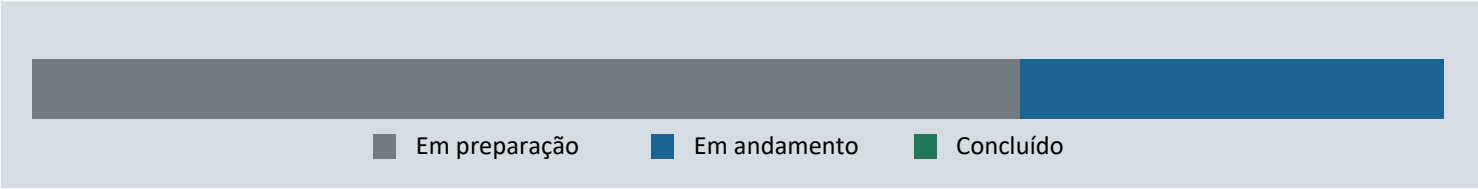
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em 100% dos órgãos orçamentários		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto avança conforme o previsto, com a Entrega 1.1, referente ao aprimoramento do processo/desenho do MOMP, e a Entrega 1.2, voltada à melhoria do módulo no SIOP, ambas em andamento. O objetivo é modernizar o processo orçamentário brasileiro por meio do aperfeiçoamento do MOMP implementado na LOA 2025, incorporando a boa prática internacional do Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), utilizada em democracias desenvolvidas. Entre os benefícios esperados, destacam-se a melhoria na qualidade das projeções de médio prazo, maior eficiência operacional, ampliação do horizonte analítico para subsidiar o planejamento orçamentário e o aprimoramento da interface do SIOP, tornando-a mais intuitiva e funcional para os usuários.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20

Coordenação da Elaboração e Apresentação de 8 Novos Projetos Brasileiros no FOCEM

Objetivo: coordenar a elaboração, apresentação e aprovação dos oito novos projetos brasileiros para financiamento com recursos do FOCEM, em diversos estados na faixa de fronteira, auxiliando no desenvolvimento da região e complementando os esforços do governo brasileiro para o avanço da integração com os demais países do Mercosul.

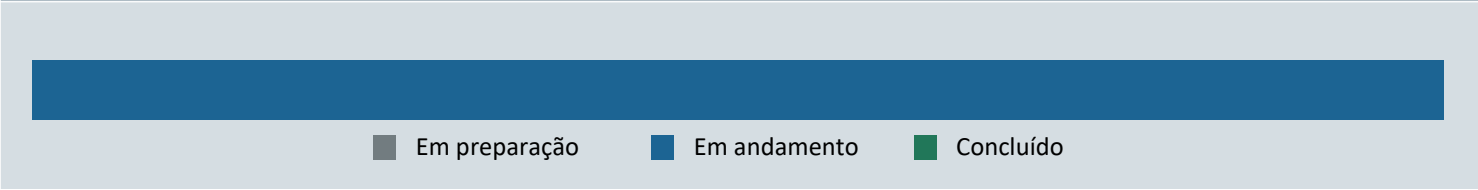
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto avança com o suporte técnico fornecido pelo MPO e pelo Fonplata à preparação das propostas, estando em curso os ajustes solicitados pelo Mercosul para a aprovação dos dois projetos iniciais. Os demais projetos seguem em fase de elaboração. A iniciativa visa coordenar a formulação, submissão e aprovação de oito novos projetos brasileiros a serem financiados pelo FOCEM, voltados ao desenvolvimento de estados da faixa de fronteira, em alinhamento com os esforços de integração regional do Mercosul. Entre os benefícios esperados estão a aceleração do processo de aprovação, maior eficiência na execução dos projetos, ampliação dos resultados para as populações atendidas e fortalecimento do desenvolvimento e da integração nas regiões fronteiriças.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21

Revisão da Estrutura de Governança Interna da Comissão de Financiamento Externos

Objetivo: aprimorar a eficiência dos trâmites internos da Cofix, promovendo maior transparência, previsibilidade e agilidade na análise de programas e projetos financiados por fontes externas, em benefício dos órgãos públicos.

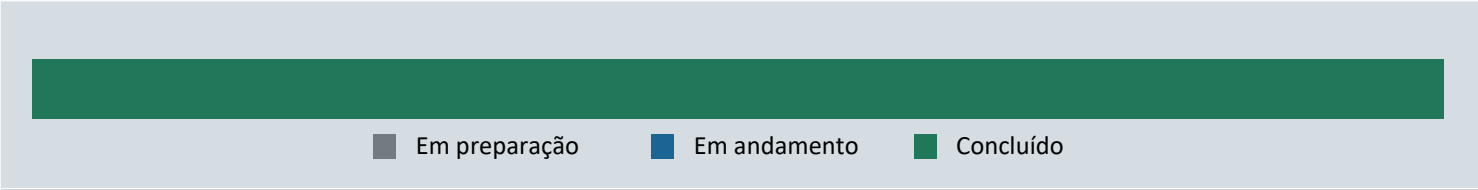
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R26 - implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos.		

Notícias relacionadas ao Projeto

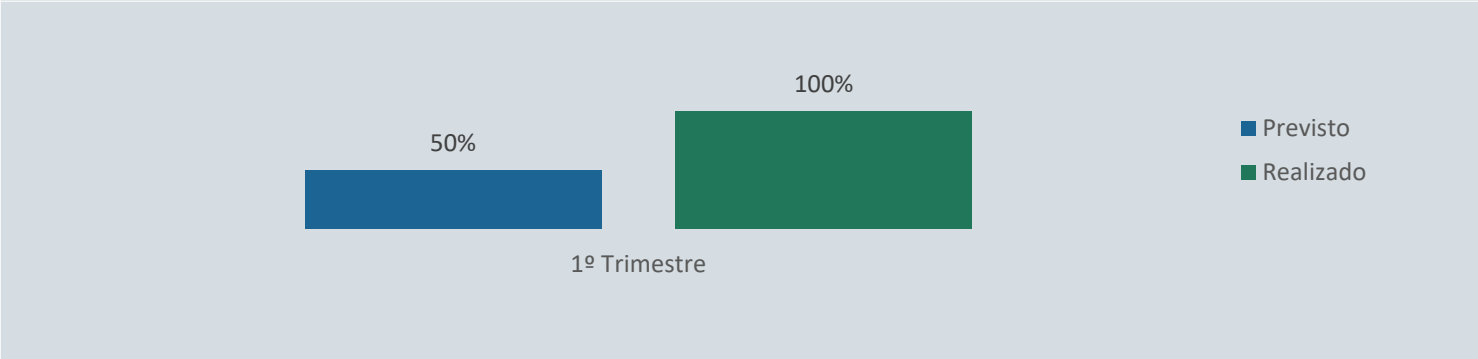
Avaliação do Projeto

O projeto de adequação da estrutura de funcionamento da Cofix às novas normas para submissão e análise de pleitos de órgãos públicos com financiamento externo avançou conforme o planejado. A minuta do novo regimento foi elaborada e discutida com os membros da Cofix, estabelecendo a base para a implementação de uma governança mais estruturada, transparente e eficiente. Após aprovação da minuta, foi publicada a [Resolução COFLEX/MPO nº 2/2025](#) em abril/2025. Essa iniciativa visa garantir maior previsibilidade e celeridade no exame e autorização de programas e projetos, fortalecendo a atuação da COFLEX diante da necessidade de adequação à nova regulamentação.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P22

Revisão do Processo de Negociação de Programas ou Projetos de Interesse de Órgãos Públicos com Amparo de Financiamentos Externos

Objetivo: Revisar e regulamentar os procedimentos relacionados a negociação de contratos de financiamento externo envolvendo órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R27 - Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros.		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto está em fase de levantamento dos requisitos do processo de negociação de contratos de financiamento externo. Seu objetivo é revisar e regulamentar os procedimentos aplicáveis a esses contratos, envolvendo órgãos públicos, de modo a promover maior celeridade, transparência e previsibilidade na implantação de projetos públicos relevantes.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P23

Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI)

Objetivo: proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

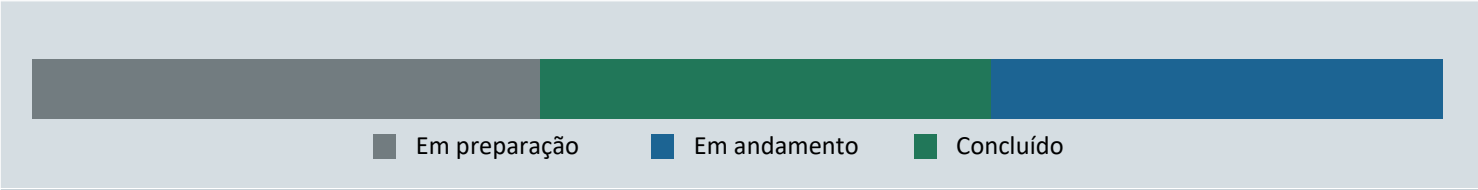
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

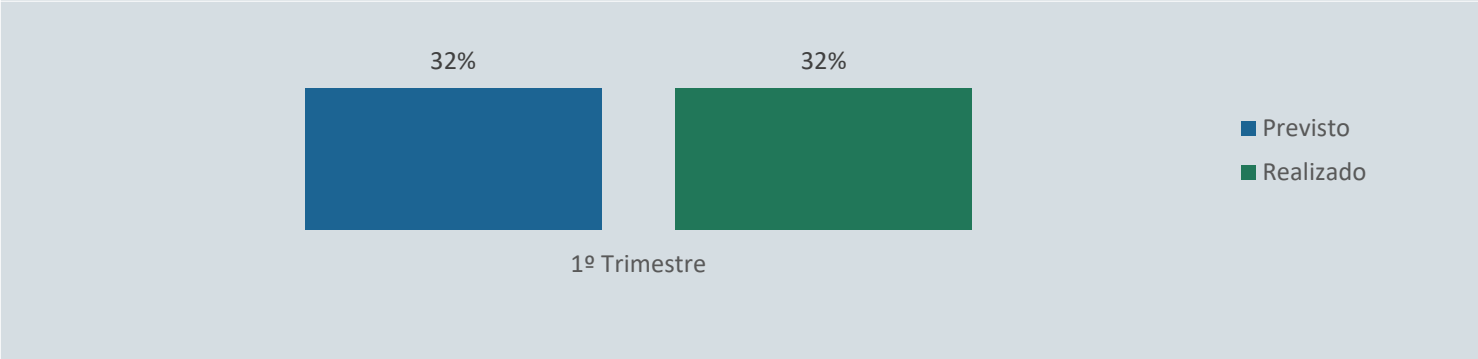
Avaliação do Projeto

O projeto para modernizar o fluxo de pagamentos a organismos internacionais avançou na integração com sistemas estruturantes de governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o GOV.BR. Além disso, o módulo de análise de pagamentos foi concluído com melhorias: novos campos, ajustes em rótulos e refinamento no arredondamento de valores. Também foi elaborado o primeiro documento SEI para os pagamentos, incluindo a automação do ofício ao banco, que agora preenche automaticamente os dados do formulário de pagamento. Essas melhorias fortalecem a eficiência, transparência e centralização das informações na gestão dos pagamentos internacionais.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P24

Painel de Financiamentos Externos do Portal de Financiamento Externos

Objetivo: desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos para promover transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações e estatísticas relacionadas a financiamentos externos de programas ou projetos de órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado.		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF aprova US\\$ 150 milhões para projeto brasileiro do Ceará](#)

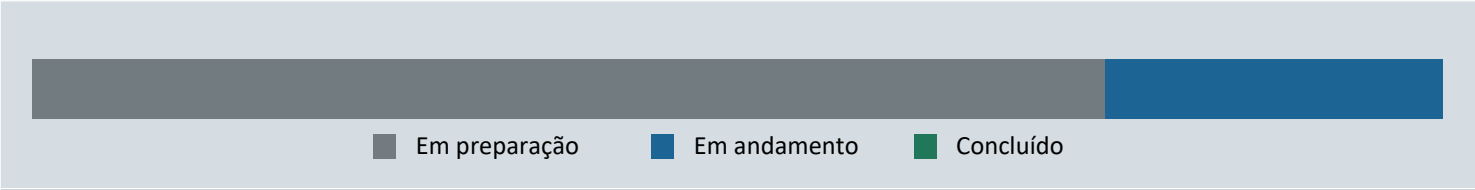
[>> Na primeira reunião do ano, Comissão de Financiamentos Externos \(Cofix\) aprova US\\$ 3,5 bilhões em investimentos de estados, municípios e União](#)

[>> Fonplata aprova financiamento de 50 milhões de dólares para projeto brasileiro no Pará](#)

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo desenvolver um novo painel de financiamentos externos para ampliar a transparência, a eficiência e a acessibilidade às informações e estatísticas sobre financiamentos concedidos por organismos internacionais a programas e projetos de órgãos públicos, previamente autorizados pela Cofix. A iniciativa visa consolidar os dados de forma estruturada, facilitando o monitoramento, a consulta e a disseminação das informações, em consonância com os princípios de governança pública e de prestação de contas, gerando benefícios como maior transparência na gestão dos financiamentos, mais eficiência no acesso às informações e apoio estratégico aos órgãos públicos no controle dessas operações. O projeto está em fase inicial de planejamento, com foco no levantamento de requisitos do painel e em reuniões de alinhamento com os parceiros para o desenvolvimento do novo Portal de Financiamento Externo.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P25

Construção da Proposta Brasileira para Mecanismo Financeiro do Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Objetivo: coordenar o posicionamento técnico do Brasil nas negociações para criação do mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos e no seu processo de implementação. O projeto envolve a coordenação do grupo técnico interministerial para elaboração de proposta do Brasil e representação do Brasil em reuniões técnicas e rodadas negociadoras.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R30 - Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo.</p>		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto avançou na coordenação do posicionamento técnico do Brasil nas negociações sobre o mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos. O MPO liderou a 7ª Reunião de Coordenação Interministerial, onde os órgãos envolvidos discutiram as mudanças na conjuntura internacional desde a INC-5 e avaliaram estratégias e próximos passos para a negociação.

Além disso, foram aprofundadas as análises internas para a construção da proposta brasileira, garantindo que o mecanismo financeiro do acordo contemple as necessidades e capacidades do país. Esse esforço busca maximizar os benefícios para o Brasil na implementação do acordo, alinhando as diretrizes internacionais às prioridades nacionais de financiamento.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P26

Quadro Estratégico para a Relação do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de Escopo Regional

Objetivo: fortalecer a coordenação da relação do Brasil com os BMD de escopo regional, por meio do desenvolvimento de um quadro estratégico para a atuação do Brasil junto aos BMD de escopo regional, incluindo o estabelecimento de princípios e diretrizes programáticos, o desenvolvimento de referenciais metodológicos para análise de desempenho e de impactos dos BMD e a construção de bases de informações.

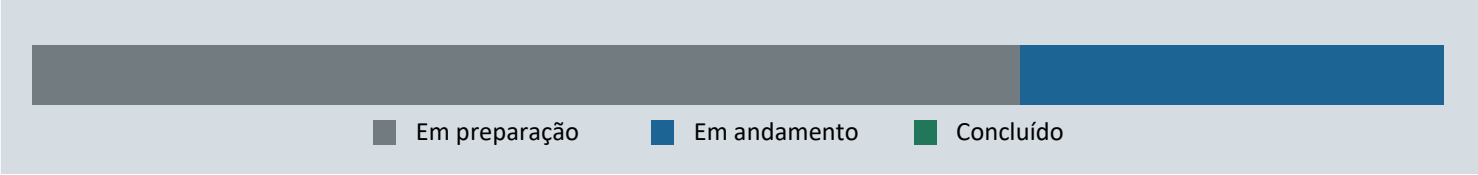
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

Com o objetivo de fortalecer a coordenação da atuação do Brasil junto aos BMD regionais, o projeto prevê o desenvolvimento de um quadro estratégico com diretrizes programáticas, metodologias para análise de desempenho e impactos, além da construção de bases de informação. Os principais benefícios incluem maior transparência e consistência nas diretrizes brasileiras, aperfeiçoamento dos processos de formulação de posições institucionais e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem análises comparativas e subsidiem decisões estratégicas, além de futuras entregas como estudos, publicações e painéis de dados. Atualmente, o projeto avança de forma consistente na etapa técnica de estruturação do protótipo da base de dados de desempenho institucional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) de escopo regional, considerada a principal frente de trabalho da iniciativa.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P27

Presidência brasileira do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (2024-2025)

Objetivo: o projeto busca estruturar um conjunto de ações para subsidiar as decisões estratégicas do BDC durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do banco entre junho de 2024 a junho de 2025. O projeto envolve o exercício da presidência da Assembleia de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe entre junho de 2024 a junho de 2025, culminando com a realização da Reunião Anual de Governadores, em Brasília, entre 09 e 12 de junho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R34 - 55ª Reunião anual do BDC realizada		

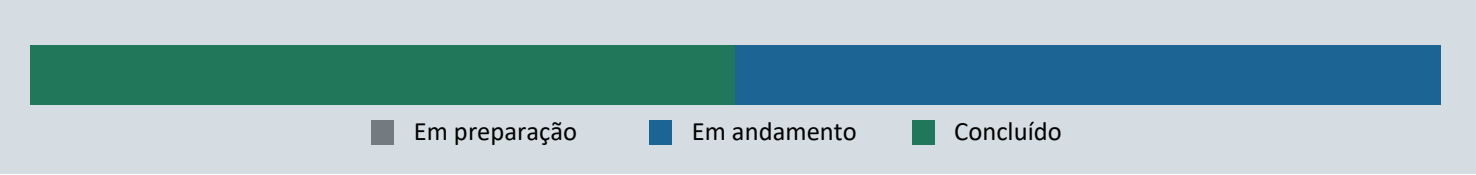
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO e Banco de Desenvolvimento do Caribe anunciam a 55ª Reunião Anual do Banco que ocorrerá no Brasil](#)

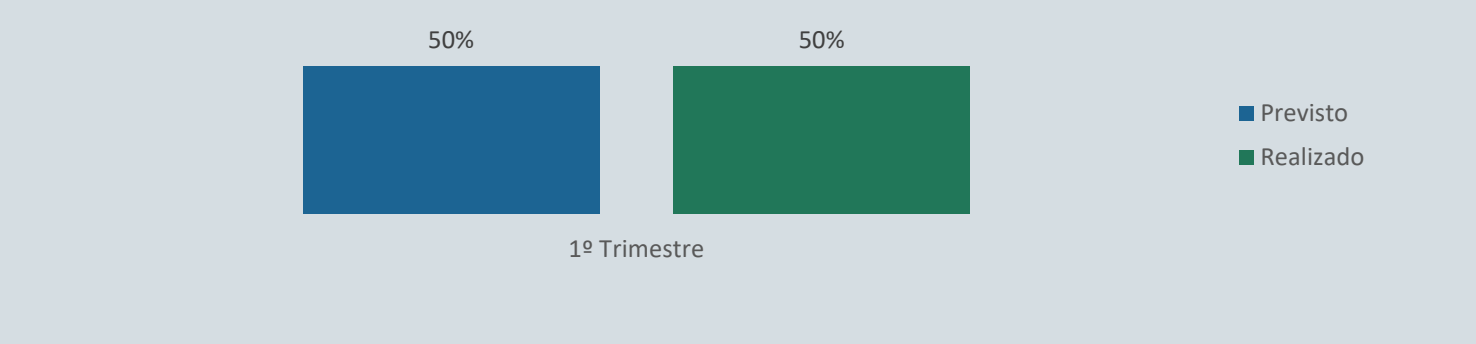
Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo direcionar as decisões estratégicas do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) durante a presidência brasileira no Conselho de Governadores, de junho de 2024 a junho de 2025, fortalecendo a integração regional da América Latina e Caribe e promovendo a cooperação entre países do sul global. Entre os resultados esperados, destacam-se o fortalecimento dos laços econômicos entre Brasil e Caribe, a ampliação da participação de empresas brasileiras em novos mercados e a cooperação com a atuação estratégica da instituição, especialmente em projetos de resiliência climática e administração de desastres naturais. O andamento do projeto segue conforme o previsto, com os preparativos para a Reunião Anual avançando com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Diversas providências administrativas estão em trâmite, visando a realização da reunião, em junho de 2025. Paralelamente, no contexto da revisão de governança do CDB, está prevista para abril a publicação do chamamento público internacional para manifestação de interesse de firmas de consultoria. A 55ª Reunião Anual, sob o tema “Construindo o Futuro: Instituições Resilientes para um Caribe mais Verde, Forte e Inclusivo”, será um marco para fortalecer parcerias, estimular investimentos e alinhar as discussões às pautas globais, como a COP30, que ocorrerá no Brasil em novembro de 2025.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P28

Presidência brasileira da Assembleia de Governadores do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (2024-2025)

Objetivo: conduzir as decisões estratégicas do FONPLATA durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do Banco entre julho de 2024 a julho de 2025.

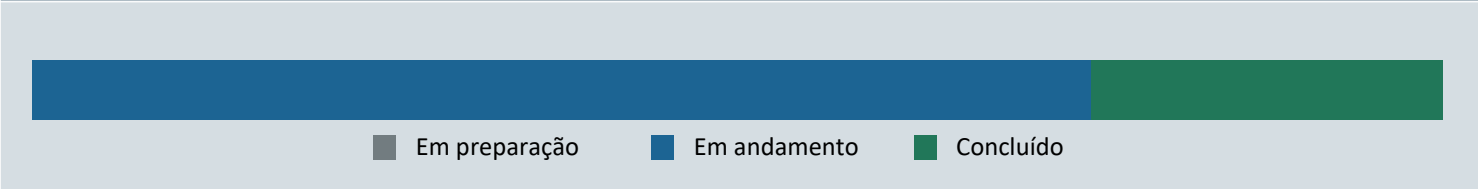
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R35 - Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA.		

Notícias relacionadas ao Projeto

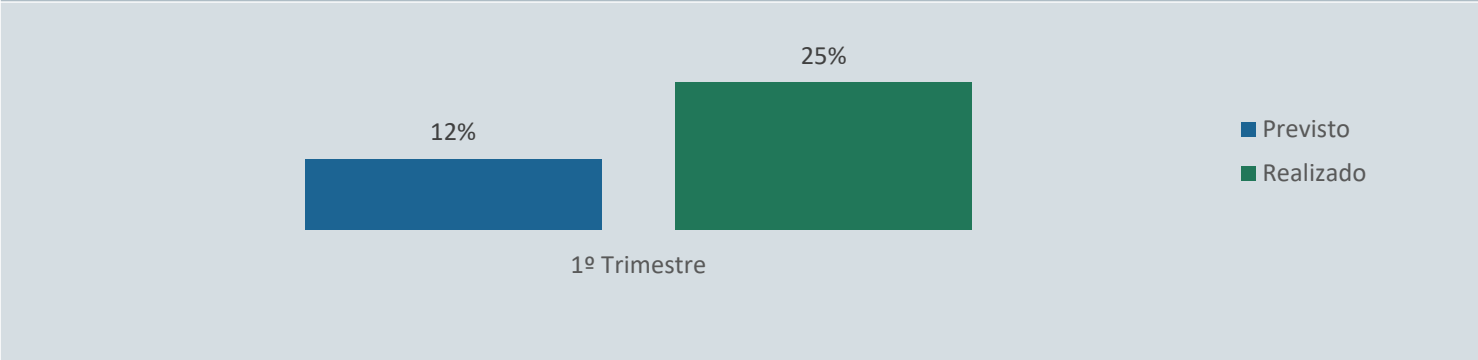
Avaliação do Projeto

O projeto, desenvolvido durante a presidência brasileira no Conselho de Governadores do FONPLATA (julho de 2024 a julho de 2025), avança com a discussão das propostas de mudança organizacional, estando agora na fase de escolha e definição dos elementos a serem implementados. A nova política de pessoal foi debatida e aprovada na 199ª Reunião Ordinária de Diretoria Executiva. Com foco no fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável em pequenos e médios municípios, o projeto busca expandir a atuação do FONPLATA para as regiões Norte e Centro-Oeste, garantindo investimentos de impacto local e promovendo a difusão de boas práticas junto a governos subnacionais. Além disso, impulsiona o aperfeiçoamento institucional do banco, com recomendações para reforma administrativa, possíveis convites a novos membros extrarregionais e a estruturação de uma rodada de capitalização para ampliar sua capacidade operacional.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P29

Rotas de Integração Sul-Americana

Objetivo: articular e gerir a agenda de integração e desenvolvimento sul-americano no que tange à infraestrutura física e digital. O projeto visa monitorar os projetos de integração Sul-americana no Brasil e articular medidas para a sua implementação e gestão; receber demandas correlacionadas de Estados e Municípios fronteiriços; estabelecer interlocução com arranjos subnacionais e internacionais já constituídos; propor a interiorização das rotas de integração.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R36 - Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana;		

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Rota Amazônica pode ser entregue na COP 30, diz Tebet à secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior](#)

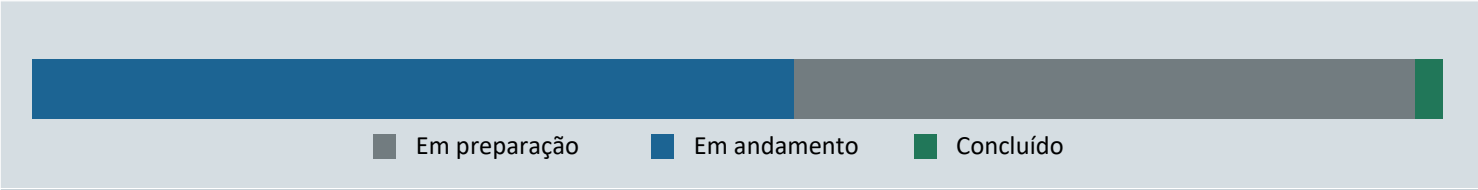
>> [Tebet defende o combate à sonegação fiscal e a construção de um novo pacto federativo em posse no Comsefaz](#)

>> [Projeto das Rotas de Integração Sul-Americana representa desenvolvimento, emprego e renda, diz ministra do Planejamento](#)

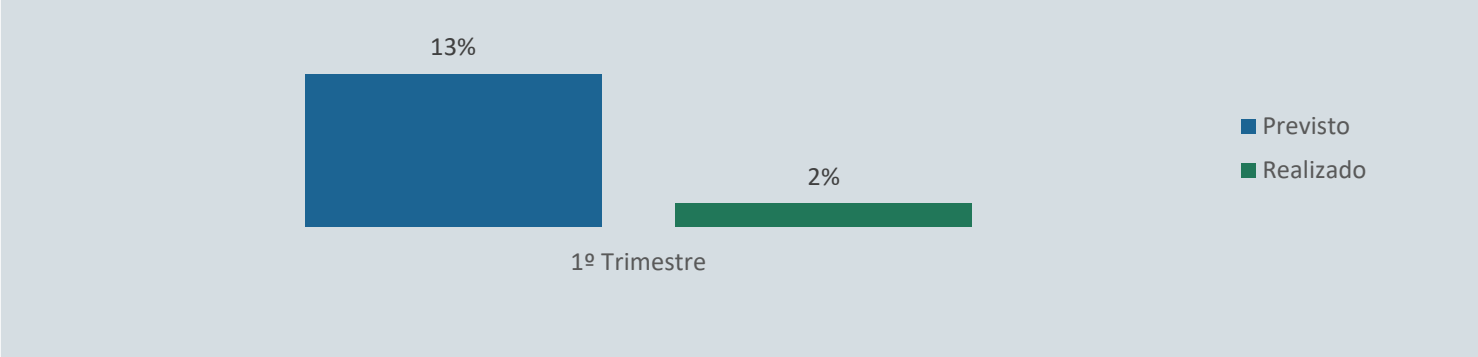
Avaliação do Projeto

O Projeto Rotas avança conforme o cronograma, ampliando sua presença no país e fortalecendo a articulação com estados e parceiros estratégicos. Em fevereiro, foram realizadas reuniões iniciais com Sergipe, Tocantins, Piauí e Rio Grande do Norte para apresentação e diagnóstico do projeto, além de encontros com autoridades da Paraíba e de Salgueiro para aprofundar o planejamento. No contexto das fronteiras, destacam-se diálogos com o movimento pró-logístico do Mato Grosso, SUFRAMA e Governo do Amazonas, bem como a participação em evento da Assembleia Legislativa do Acre sobre comércio exterior. No cenário internacional, houve tratativas com as embaixadas da Argentina, Peru e Chile para impulsionar projetos prioritários de integração, além de reuniões no âmbito da Rede de Infraestrutura e Transporte do Consenso de Brasília e do Corredor Rodoviário Bioceânico. O MPO também avançou na construção de parcerias estratégicas, promovendo reuniões com os Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional, Mulheres e Portos e Aeroportos. Além disso, foram estabelecidos diálogos com o BID, APEX e outras instituições sobre infraestrutura, logística e integração regional. A presença em fóruns e eventos internacionais reforçou o alinhamento do projeto com agendas globais, como a 18ª Reunião de Autoridades de Aviação Civil.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Capacidades Institucionais

Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none">R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais	<ul style="list-style-type: none">R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação; eR40 - Realizado 01 levantamento de Saúde e Clima no MPO	<ul style="list-style-type: none">R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas;R42 – Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas;R43 – Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026;R44 – Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026R45 – Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF; eR46 – Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF	<ul style="list-style-type: none">R47 – Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário FederalR48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidadesR49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de TratamentoR50 – Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade

Destaques

MPO LANÇA

MPO Transparente

Portal que reúne dados e informações sobre as principais áreas de atuação do MPO

MPO PUBLICA

Relatório de Gestão Integrado

O documento apresenta o balanço da gestão do ano-base 2024

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Plano de Dados Abertos 2024-2025

MPO divulga as quatro bases de dados do cronograma, e mais duas não previstas

MPO APROVA

1ª Revisão do PEI 2024-2027

Comitê de Governança do MPO amplia a carteira de projetos e resultados-chave para 2025

NOVOS SERVIDORES

Analistas de Planejamento e Orçamento

Finalizam curso de formação e ingressam na carreira do MPO

Capacidades Institucionais

A perspectiva de Capacidades Institucionais compreende os recursos, estruturas e sistemas que sustentam a organização e que devem estimular, com ferramentas de apoio, uma cultura organizacional de inovação, aprendizagem contínua, excelência em governança e adaptação às transformações advindas do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que alicerça a execução dos processos finalísticos e, conseqüentemente, constitui a base para consecução dos objetivos institucionais.

Essa perspectiva está representada no Mapa Estratégico do MPO por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

No primeiro trimestre de 2025, os cronogramas dos projetos dessa perspectiva avançaram 11% do total programado para o exercício, com os 13 resultados-chave já em andamento.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

OE 11

Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

O OE 11 conta em sua carteira com o projeto Pilar, que tem como missão promover maior integração entre o MPO e suas vinculadas, IPEA e IBGE. A iniciativa parte da necessidade de alinhar diretrizes e estabelecer bases comuns para atuação conjunta, de modo a ampliar a eficiência institucional e a qualidade das entregas à sociedade. Atualmente, a ausência de coordenação prévia entre os planejamentos estratégicos das instituições limita o aproveitamento de sinergias e dificulta a atuação integrada. Com a integração de recursos humanos, projetos e tecnologias, busca-se aproveitar o alto nível de qualificação dos servidores e o reconhecimento da qualidade dos produtos entregues pelos três órgãos.

O projeto teve início com a apresentação do planejamento do projeto à Secretaria-Executiva do MPO, que aprovou a proposta e autorizou o início da escuta dos principais stakeholders. As entrevistas estruturadas foram iniciadas com as lideranças do MPO e, em seguida, conduzidas com representantes do IPEA e IBGE. No momento, as informações estão sendo consolidadas para uma nova rodada de encontros, visando alinhar prioridades, expectativas e ações em comum. A expectativa é que, a partir desse processo de construção conjunta, seja possível consolidar um modelo de colaboração institucional mais robusto, com melhor compartilhamento de estratégias, boas práticas de governança e foco em resultados.

O projeto Pilar (P30) avançou 10% no período, frente a 30% previstos para o período.

Capacidades Institucionais

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

Com o objetivo de estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas no âmbito do MPO, dois projetos estratégicos vêm apresentando avanços significativos ao longo do primeiro trimestre de 2025: o Projeto Pérola e o Projeto MPO de Corpo e Alma.

Sustentado pelo princípio da melhoria contínua, o projeto Pérola avançou na consolidação das necessidades de capacitação e desenvolvimento encaminhadas pelas Secretarias do MPO. Como marco relevante, destaca-se a publicação do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP\) para 2025](#), disponibilizado no site institucional e amplamente divulgado às unidades do Ministério. O projeto tem como propósito o aperfeiçoamento das competências técnicas, comportamentais e socioemocionais dos servidores, visando à otimização dos processos organizacionais e ao aprimoramento da entrega pública. Entre os benefícios esperados, destacam-se a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional, o aumento do engajamento dos colaboradores, a melhoria na eficiência e qualidade dos serviços prestados, e a adaptação contínua às novas demandas e tecnologias.

Já o Projeto MPO de Corpo e Alma vem consolidando uma série de ações voltadas à promoção da saúde, da qualidade de vida no trabalho e do fortalecimento do clima organizacional. No primeiro trimestre de 2025, o projeto promoveu ações vinculadas ao programa Vida 360, com destaque para a atividade “Mulheres que Transformam”, realizada em março, abordando temas como autoconhecimento e diversidade. Também foi concluída a contratação de vacinas contra H1N1 e H3N2, com início da campanha agendado para abril. Outras frentes de atuação incluem ações comemorativas ao Dia Internacional da Mulher, o início dos Encontros de Meditação e Práticas Corporais (EMP) e o pleno funcionamento da Estante do Saber, que incentiva a leitura no ambiente de trabalho.

Esse conjunto de ações contribui diretamente para a redução do absenteísmo, o aumento da satisfação e do bem-estar dos servidores, além de fortalecer a cultura organizacional e promover ambientes mais saudáveis, criativos e integradores.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P31 e P32) relacionados ao OE 12 foi de 7,5%, frente a 10% previstos para o período.

OE 13

Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

A transformação digital no MPO avançou com o lançamento do portal "**MPO Transparente**", que consolida dados e informações sobre as principais áreas de atuação do Ministério, como planejamento governamental, orçamento público, investimentos e parcerias público-privadas. Com linguagem acessível e ferramentas interativas, o portal facilita a compreensão das informações e fortalece o controle social.

Segundo o Secretário-Executivo do MPO, Gustavo Guimarães, a iniciativa busca ampliar a participação da sociedade no acompanhamento e aprimoramento de políticas e serviços públicos. Para isso, a divulgação priorizará formatos que estimulem pesquisas, estudos, inovação e geração de negócios.

Além disso, o MPO publicou a [Portaria GM/MPO nº 61](#), que institui a Política de Transparência Ativa e Acesso à Informação e cria o Subcomitê MPO Transparente. A medida busca promover uma cultura organizacional voltada à transparência e incentivar a participação da sociedade no acompanhamento e no aprimoramento das políticas e serviços públicos oferecidos pelo Ministério.

Capacidades Institucionais

O projeto de modernização do processo de avaliação do cumprimento de regras fiscais avançou com a publicação da [Portaria SOF/MPO nº 4/2025](#), que institui procedimentos para a inserção de estimativas e reestimativas de despesas obrigatórias da União, referentes ao exercício de 2026, no âmbito da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026.

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP foi adaptado para receber as informações dos órgãos coordenadores das entregas indicados na Matriz de Responsabilidades aprovada pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P33, P34, P35 e P36) relacionados ao OE 13 foi de 15%, frente a 16,3% previstos para o período.

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Como importante iniciativa para o fortalecimento da integridade organizacional, o MPO lançou o seu [Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e da Discriminação](#), que tem como objetivos principais: prevenir práticas abusivas por meio de estratégias educativas e sensibilização, fomentar uma cultura organizacional humanizada, estruturar instâncias de acolhimento e escuta ativa para vítimas, garantir sigilo e proteção a denunciantes, evitar a revitimização em processos administrativos e assegurar a integração entre os órgãos do MPO e suas entidades vinculadas. A implementação desse plano fortalece a governança institucional ao promover um ambiente organizacional seguro e alinhado aos princípios da administração pública

O plano está em conformidade com o **Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e da Discriminação**, instituído pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) por meio do Decreto nº 12.122/2024. O programa foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho Interministerial e prevê a implementação de planos setoriais nos órgãos federais, com diretrizes voltadas para a saúde mental, prevenção do assédio e da discriminação, além da promoção de relações institucionais saudáveis.

Além disso, o Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade 2024 revelou que 86% das ações previstas foram concluídas, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas. A minuta do Plano de Integridade de 2025 foi apresentada ao Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI), promovendo a colaboração entre as secretarias do MPO na construção do novo plano.

No campo da gestão de riscos, o MPO segue avançando de forma estruturada, reforçando a tomada de decisão estratégica da alta administração e dos gestores. Com foco na análise preditiva, o programa de gestão de riscos permite identificar e tratar fatores que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais. Em 2025, o planejamento foi apresentado ao SRTCI, consolidando diretrizes e ações para aprimorar o processo de gerenciamento.

Além dessas ações voltadas à integridade e à prevenção de práticas abusivas, o MPO publicou seu [Relatório de Gestão Integrado \(RGI\)](#), um documento essencial para a prestação de contas governamental. O RGI apresenta informações detalhadas sobre a condução estratégica do Ministério, incluindo governança, desempenho, conformidade e eficiência da gestão, além de dados orçamentários, financeiros e contábeis.

¹ O relatório foi entregue no início de 2025 e trouxe subsídios para a alocação interna de pessoal, notadamente para a distribuição inicial dos servidores aprovados no último concurso de APO.

Capacidades Institucionais

Seu objetivo é oferecer um panorama abrangente da atuação ministerial ao longo de 2024, demonstrando o compromisso do governo federal com a boa alocação de recursos e o desenvolvimento sustentável do país.

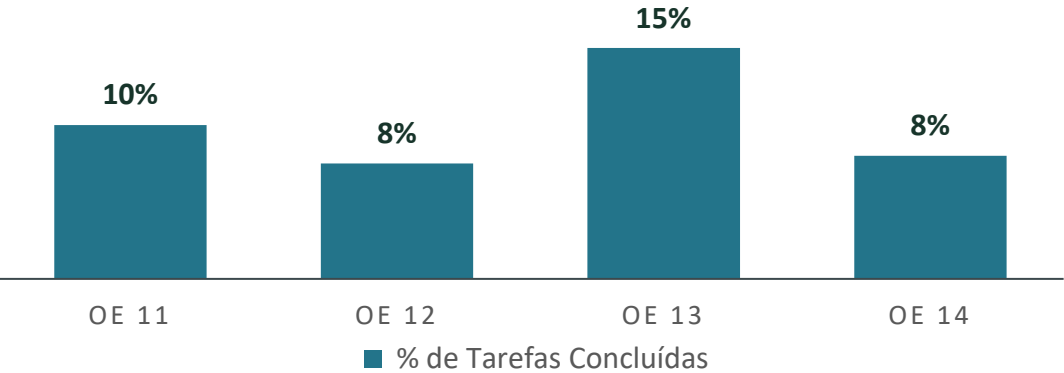
O RGI reúne os esforços empreendidos nos [lançamentos trimestrais](#), de forma concisa e atualizada, e consolida as informações de desempenho da gestão no exercício. Como quarto lançamento da série, em compilação anual, o RGI completa o conjunto das publicações voltadas à transparência na gestão dos recursos públicos e à implementação estruturada do PEI. Ao permitir que a sociedade acompanhe, ao longo de todo o ano, os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública e reforça seu compromisso com a gestão por resultados, com foco no cidadão.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P37, P38 e P39) relacionados ao OE 14 foi de 8,3%, frente a 28,3% previstos para o período.

Capacidades Institucionais

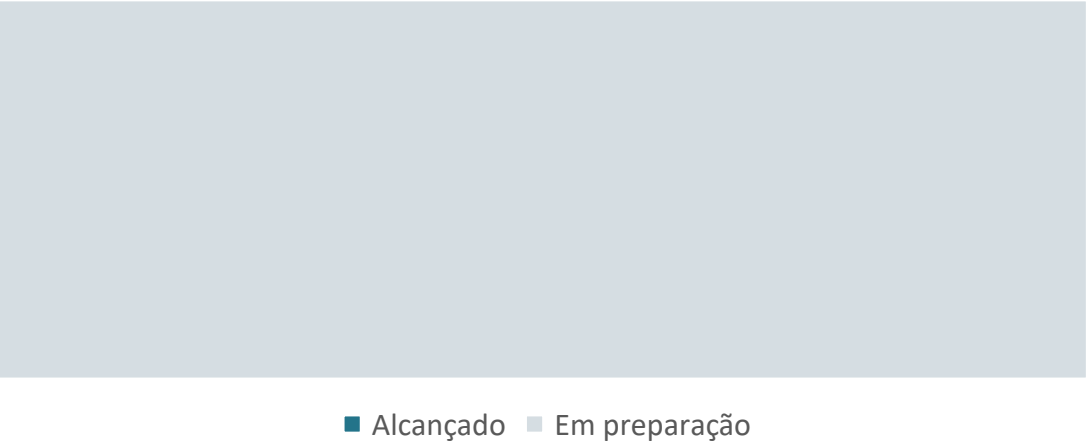
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

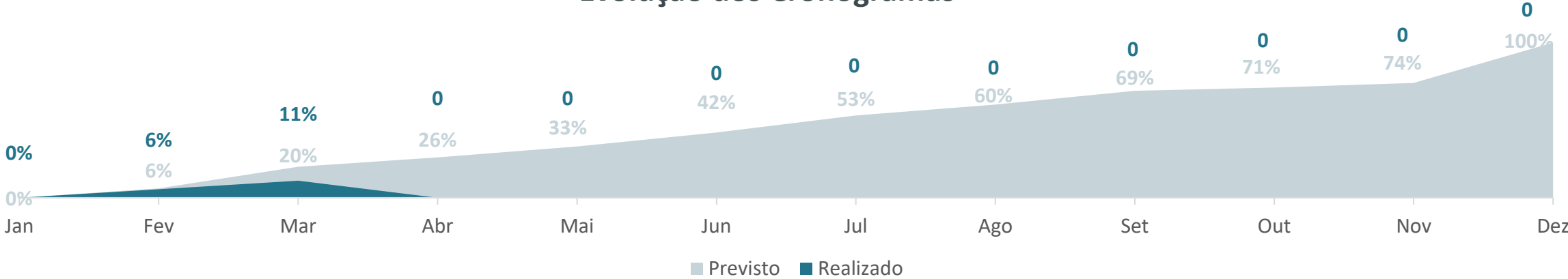


Resultados-chave

% alcançado


















Evolução dos Cronogramas



Capacidades Institucionais

Desempenho por Projetos
% executado

	Projeto		Evolução	Detalhes
	P30		10%	Pág. 73
	P31		15%	Pág. 74
	P32		0%	Pág. 75
	P33		30%	Pág. 76
	P34		0%	Pág. 77
	P35		0%	Pág. 78
	P36		0%	Pág. 79
	P37		0%	Pág. 80
	P38		0%	Pág. 81
	P39		0%	Pág. 82

 Projeto com início em 2024

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P30

Pilar

Objetivo: fortalecer a relação institucional entre o MPO e as entidades vinculadas (IPEA e IBGE), por meio da definição de diretrizes e bases comuns. Com isso, busca-se promover maior eficiência e qualidade nas entregas dos órgãos envolvidos, por meio da integração de recursos e de instrumentos de governança.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações para conjuntas fortalecimento relações institucionais		

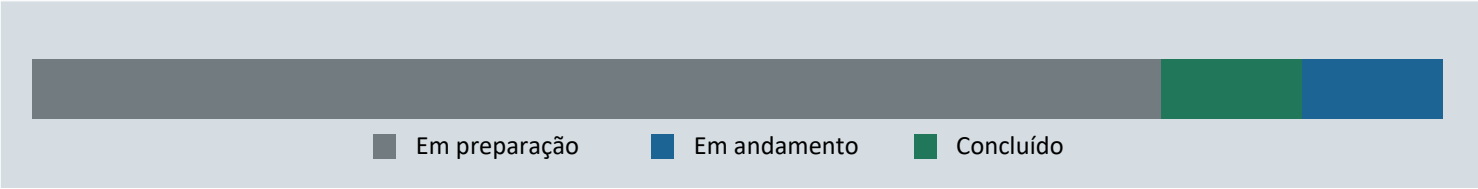
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Ministério do Planejamento e Orçamento e IBGE](#)

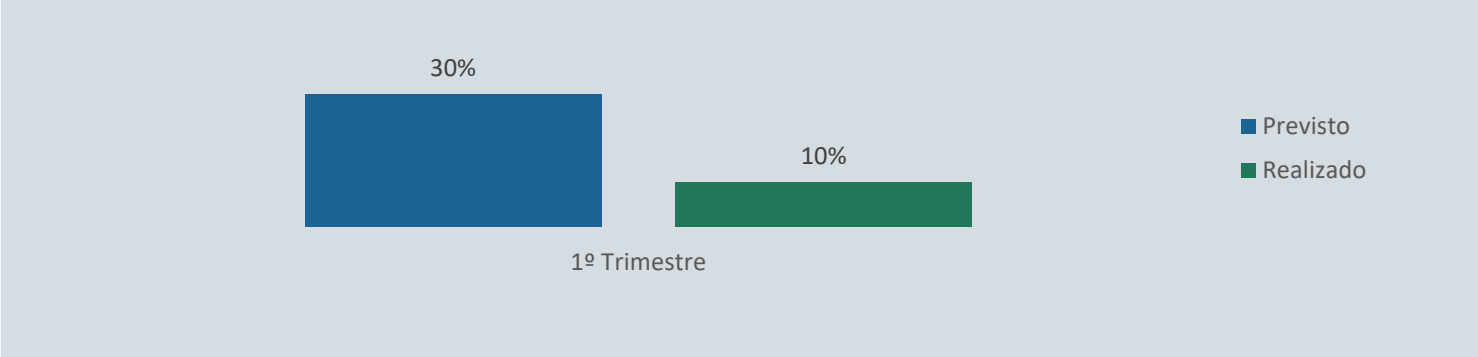
Avaliação do Projeto

O projeto começou com a apresentação e aprovação do planejamento pelo MPO, IBGE e IPEA. Em seguida, tiveram início as entrevistas com as lideranças, começando pelo MPO. Os próximos passos incluem a aplicação de questionários e a realização de oficinas para construir uma pauta de trabalho comum. A iniciativa busca fortalecer a relação entre o MPO e suas entidades vinculadas, estabelecendo diretrizes para mais eficiência, integração de recursos e aprimoramento da governança. Espera-se, assim, um alinhamento estratégico mais forte, melhor compartilhamento de estratégias e um relacionamento focado em entregas de qualidade.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P31

Pérola

Objetivo: implementar ações destinadas ao aperfeiçoamento de competências técnicas, comportamentais e socioemocionais de servidores, objetivando a otimização de processos para o melhor cumprimento da missão institucional.

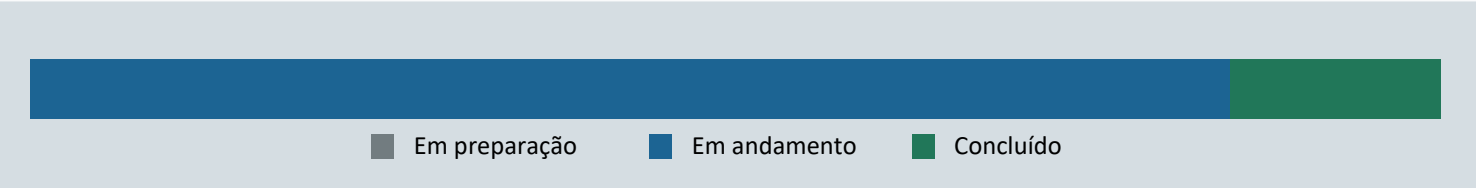
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação.		

Notícias relacionadas ao Projeto

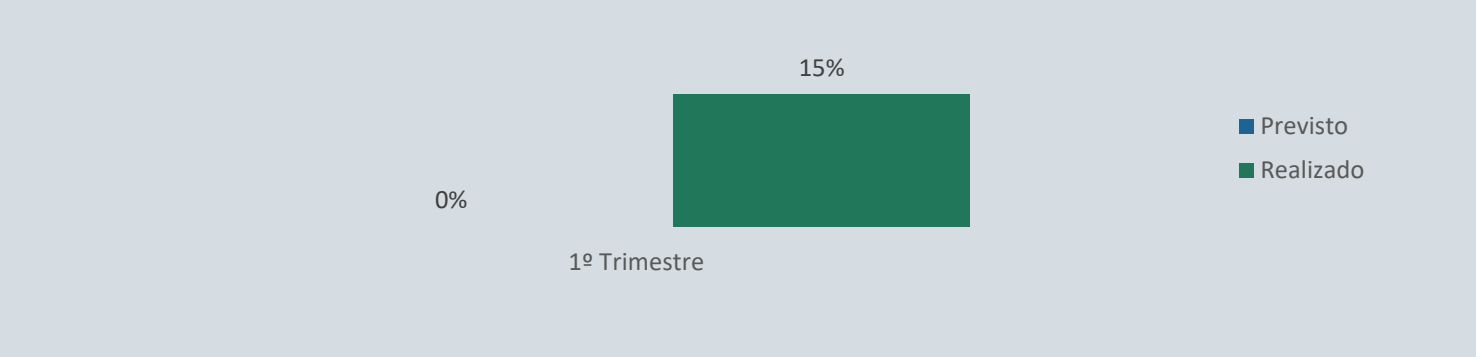
Avaliação do Projeto

O projeto avançou na consolidação das necessidades de capacitação e desenvolvimento encaminhadas pelas secretarias do MPO, resultando na publicação e disseminação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) de 2025. O PDP é um dos instrumentos norteadores da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), em conformidade com o Decreto nº 9.991/2019, alterado pelo Decreto nº 10.506/2020, e com a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21/2021. Sua elaboração baseou-se no levantamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores do MPO, buscando preencher lacunas de competências e fortalecer a capacidade institucional para atingir os objetivos estratégicos do órgão. Para a execução da atual edição do PDP, o MPO contará com o apoio dos Agentes de Desenvolvimento e dos dirigentes das unidades, assegurando o acompanhamento, a divulgação das ações e a adesão dos servidores às iniciativas de capacitação. Com foco na melhoria contínua, o projeto visa aprimorar competências técnicas, comportamentais e socioemocionais dos servidores, promovendo maior eficiência, engajamento e adaptação às novas demandas e tecnologias.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P32

MPO de Corpo e Alma

Objetivo: desenvolver ações sistematizadas e contínuas de cuidado com a saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho no Ministério do Planejamento e Orçamento. Buscando redução do absenteísmo, melhoria do clima organizacional, atração e retenção de talentos, bem como cultivar a autoestima e o bem-estar dos servidores e colaboradores, visando o aumento da satisfação, engajamento, produtividade e desenvolvimento do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R40 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO		

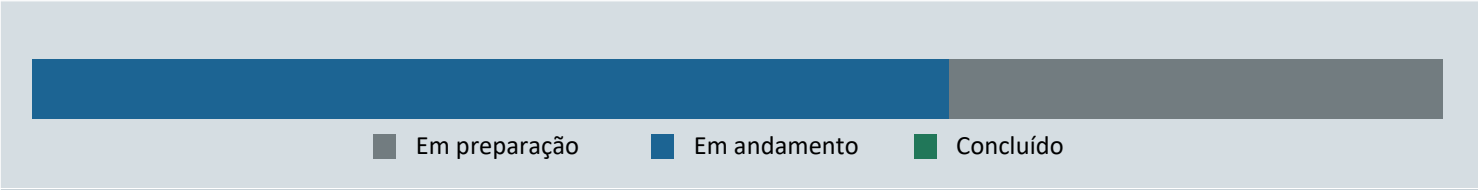
Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O Programa de Qualidade de Vida no MPO tem como principal objetivo promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, impactando diretamente a produtividade e o engajamento dos servidores. Entre seus principais benefícios, destacam-se a redução do absenteísmo, a melhoria do clima organizacional e o aumento da satisfação pessoal e profissional. Além disso, o programa busca fortalecer a cultura institucional por meio de iniciativas que incentivam hábitos saudáveis, a integração sociocultural e a valorização dos colaboradores. Ao proporcionar um ambiente de trabalho mais saudável e inspirador, a iniciativa estimula a criatividade, a inovação e a retenção de talentos, consolidando uma gestão mais estratégica e humanizada.

No andamento do projeto, o MPO de Corpo e Alma já realizou dois encontros em parceria com o Programa Vida 360, abordando temas como Liderança Feminina e Equilíbrio Financeiro. Além disso, foram iniciadas ações como a contratação de vacinas contra H1N1 e H3N2, a elaboração do levantamento de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e o planejamento de eventos em alusão ao Dia das Mulheres 2025. Também teve início o período de Exame Médico Periódico, que será realizado até maio de 2025 em parceria com o COLABORA GOV. Essas iniciativas demonstram o compromisso do MPO com o bem-estar dos servidores, garantindo um ambiente mais equilibrado e produtivo para o desenvolvimento institucional.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão Administrativa
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P33

Contratações +Simples

Objetivo: garantir eficiência e transparência, bem como estruturar a área de contratações, implementar a conformidade nos processos de contratações no âmbito do MPO, com a implantação de governança de contratações, definição de fluxos e papéis e divulgação das boas práticas de planejamento.

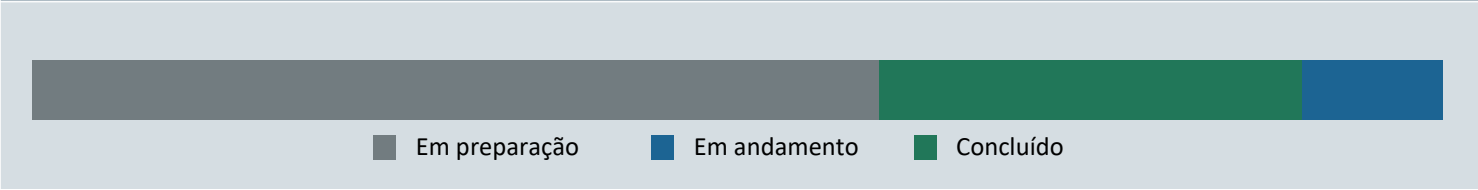
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas		

Notícias relacionadas ao Projeto

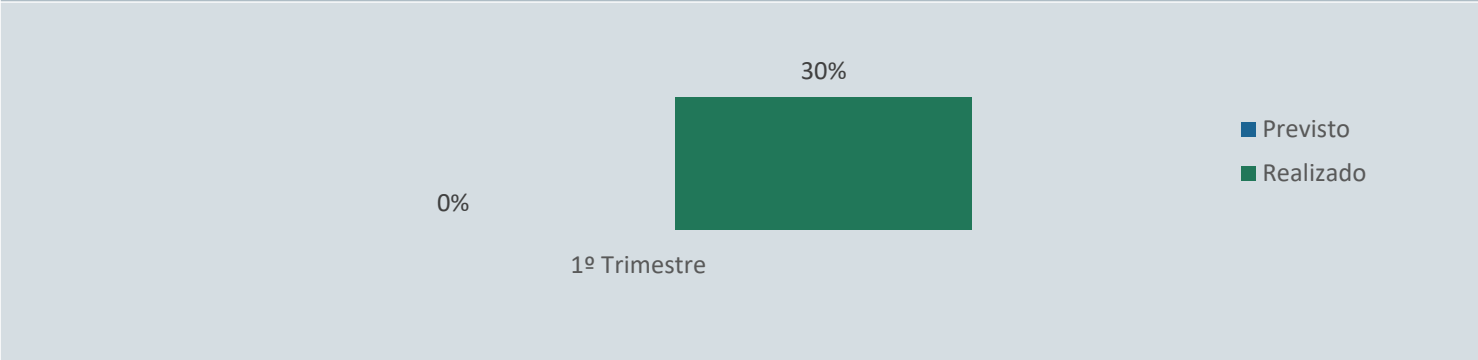
Avaliação do Projeto

No período, foram divulgadas as orientações iniciais sobre o planejamento das contratações, como parte das ações de implementação da governança de contratações, em conformidade com a [Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021](#). O projeto tem como objetivo estruturar a área de contratações no âmbito do MPO, assegurando eficiência, transparência e conformidade nos processos, por meio da definição de fluxos, papéis e da disseminação de boas práticas de planejamento. Entre os principais benefícios esperados estão o aumento da segurança jurídica nas contratações, maior previsibilidade dos fluxos e melhor compartilhamento de esforços, com adequada segregação de funções.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P34

Modernização do Processo de Avaliação do Cumprimento de Regras Fiscais

Objetivo: modernização do processo de avaliação/conformidade do cumprimento das regras fiscais (meta de resultado primário e limites de despesas primárias) para a elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas, por meio de automação de etapas do processo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R42 - Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas.		

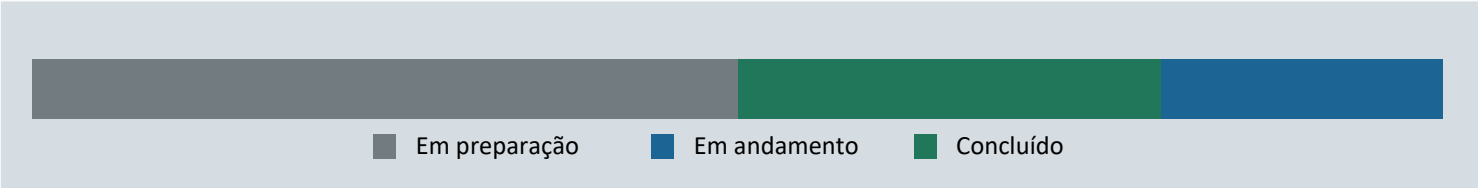
Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

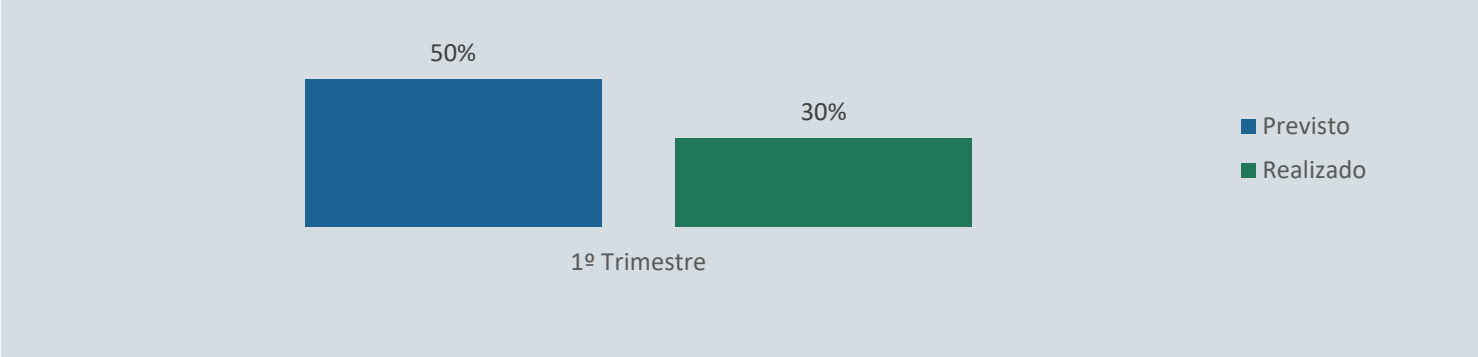
O projeto tem como objetivo modernizar o processo de avaliação e verificação do cumprimento das regras fiscais — como a meta de resultado primário e os limites de despesas primárias — aplicadas à elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas, por meio da automação de etapas desse processo. Com isso, espera-se aumentar a eficiência, reduzindo o tempo gasto na captação de dados e permitindo maior foco na qualificação das análises, além de mitigar riscos de erro por meio de maior segurança tecnológica, rastreabilidade das informações e registro adequado do histórico.

O projeto avançou com a implementação do módulo "Captação NFGC" no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), permitindo que os órgãos coordenadores insiram diretamente as estimativas de despesas obrigatórias para o exercício de 2025, bem como para a elaboração do PLDO-2026 e do PLOA-2026. Também foi publicada a [Portaria SOF/MPO nº 4/2025](#), que institui procedimentos para inserção das estimativas e reestimativas de despesas obrigatórias da União, à elaboração do PLOA e LDO de 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P35

Modernização do Processo de Autorizações Específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Objetivo: modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, automatizando a captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, junto às Unidades responsáveis, discriminadas na LDO, bem como a geração de conteúdo, a partir das informações captadas, para compor o Anexo V do PLOA.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R43 - Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R44 - Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, promovendo a padronização e sistematização da captação das estimativas dessas despesas junto às unidades responsáveis, conforme discriminado na LDO. A iniciativa também busca automatizar a geração das informações que compõem o Anexo V do PLOA, trazendo ganhos como maior precisão, agilidade na verificação das regras legais, e redução de erros decorrentes do processamento manual. Além disso, o projeto contribui para a transparência da gestão pública e otimiza a força de trabalho, liberando recursos para atividades estratégicas. A execução do projeto segue conforme o planejamento previsto, com avanços significativos nas entregas. Dos três principais formulários de captação de dados previstos, dois já se encontram em estágio avançado de desenvolvimento.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P36

Estratégia de Dados e de Uso de IA da SOF

Objetivo: implementar uma Estratégia de Dados e de IA que modernize os processos de trabalho da SOF, assegurando maior eficiência, governança e qualidade na gestão dos dados orçamentários.

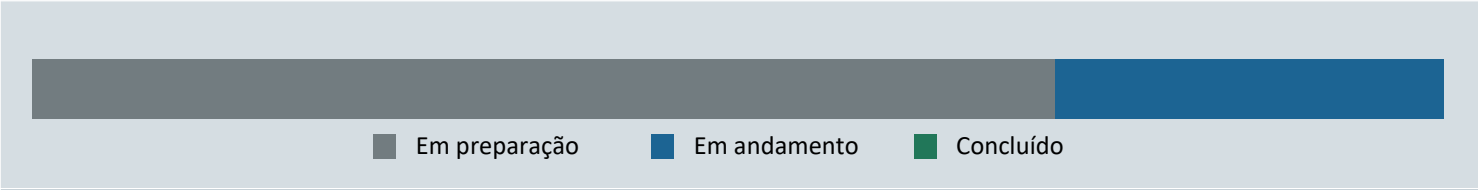
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R45 - Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R46 - Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto visa à implementação de uma Estratégia de Dados e de Inteligência Artificial para modernizar os processos de trabalho da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), promovendo maior eficiência, segurança e qualidade na gestão dos dados orçamentários. Entre os principais benefícios estão a otimização dos processos internos, o fortalecimento da governança e da transparência, a mitigação de riscos relacionados à segurança da informação, além do estímulo à cultura de inovação e à tomada de decisão baseada em dados. Atualmente, está em andamento a elaboração do diagnóstico de maturidade de gestão de dados e uso de IA, etapa fundamental para a consolidação da estratégia. A previsão de é finalizar o diagnóstico em abril.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P37

Laboratório de Entrega de Valor (LEV)

Objetivo: desenvolver indicadores de impacto para mensurar o alcance dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R47 - Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal.		

Notícias relacionadas ao Projeto

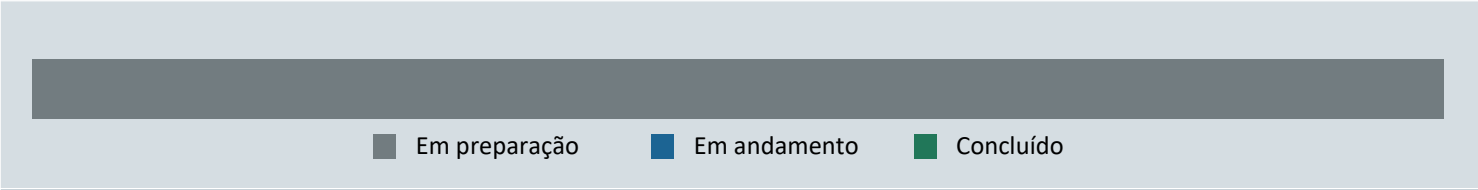
[>> Comitê de Governança aprova a 1ª Revisão do Plano Estratégico Institucional do MPO para 2025](#)

[>> Secretaria de Monitoramento e Avaliação realiza Encontro de Planejamento Estratégico para 2025](#)

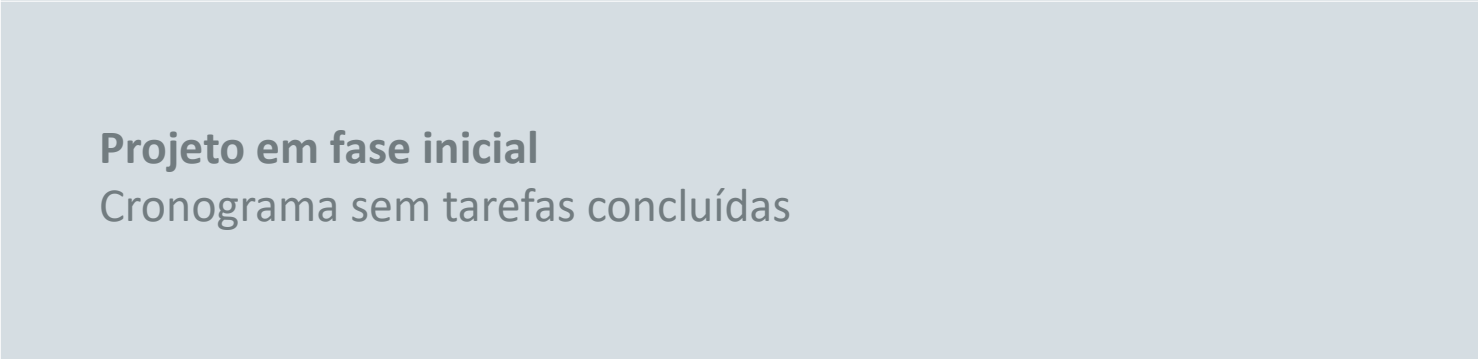
Avaliação do Projeto

O projeto "Laboratório de Entrega de Valor" visa a estruturação de indicadores de impacto para avaliar a efetividade das iniciativas estratégicas do MPO, assegurando sua aderência aos resultados esperados por stakeholders como sociedade e governo. Com foco na geração de valor público, a iniciativa busca medir mudanças reais na realidade social e aprimorar a maturidade da gestão estratégica do órgão, contribuindo para o aumento do indicador Igest, do IESGo/TCU. Atualmente, estão em curso atividades preparatórias e de planejamento, incluindo a seleção de profissionais e a definição de ações e prazos, consolidando as bases para a implementação dos indicadores e a avaliação da efetividade da estratégia do MPO.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P38

Gestão de Riscos no MPO

Objetivo:

garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

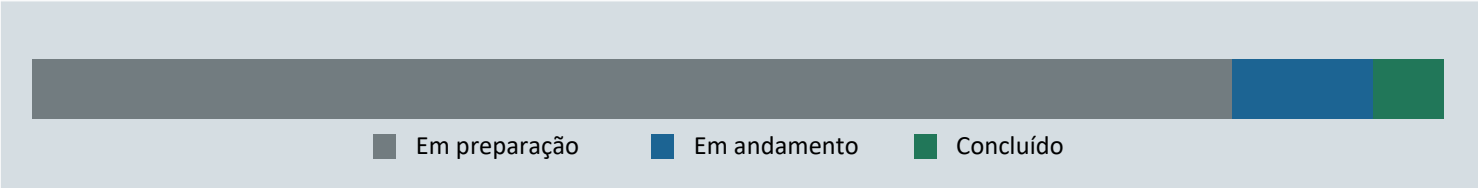
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidades.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de Tratamento.		

Notícias relacionadas ao Projeto

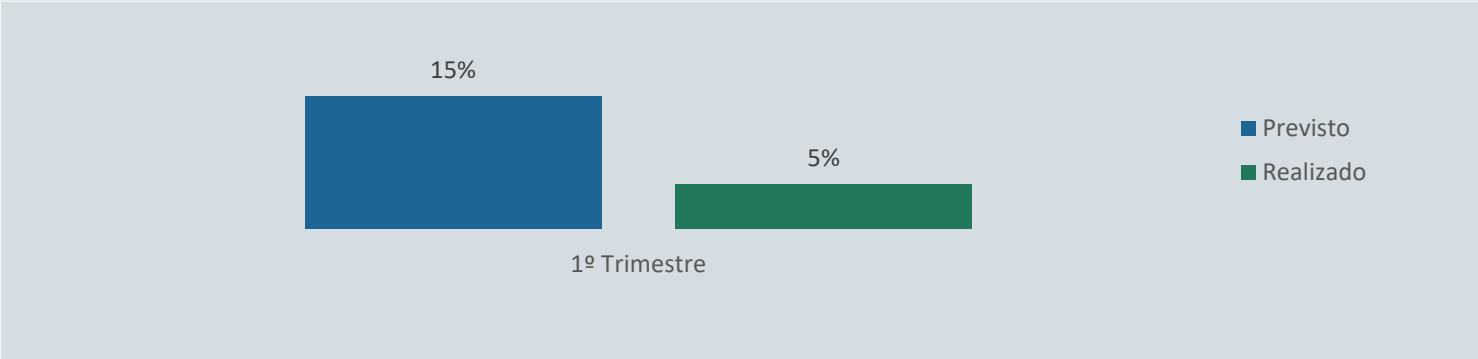
Avaliação do Projeto

O programa de gestão de riscos do MPO segue avançando de forma estruturada, reforçando a tomada de decisão estratégica da alta administração e gestores. Com foco na análise preditiva, o programa permite identificar e tratar riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais. Em 2025, o planejamento para a gestão de riscos foi apresentado ao Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI), consolidando diretrizes e ações para aprimorar o processo de gerenciamento. Entre as atividades previstas, destaca-se a avaliação dos planos de tratamento dos riscos identificados em 2024, com devolutiva às secretarias, garantindo continuidade e aprimoramento das ações. Além disso, uma nova rodada de identificação de objetivos prioritários será realizada no primeiro semestre de 2025, alinhando esforços aos desafios mais críticos. Para fortalecer a cultura de gestão de riscos, está programada uma capacitação específica para os pontos focais, assegurando a correta aplicação da metodologia adotada.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P39

Plano de Integridade do MPO

Objetivo: aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R50 - Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade.		

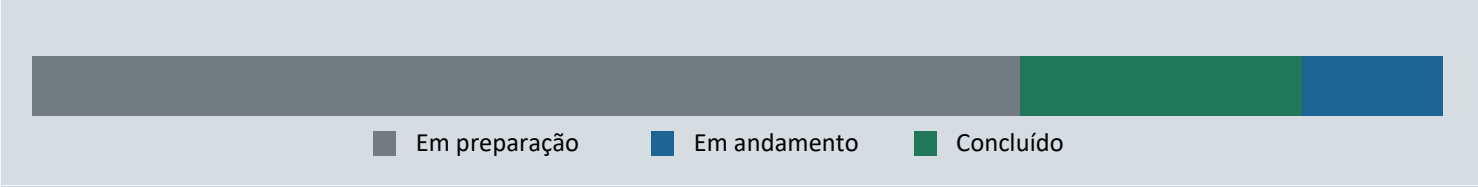
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO abre quatro bases de dados previstas no Plano de Dados Abertos e publica uma base não prevista no cronograma original](#)
- >> [Evento "Liderança Íntegra" discute desafios da tomada de decisão na administração pública](#)
- >> [Portaria do MPO estabelece procedimentos para a análise de conflito de interesses](#)
- >> [Ministério do Planejamento e Orçamento lança plano setorial para combater assédio e discriminação no trabalho](#)

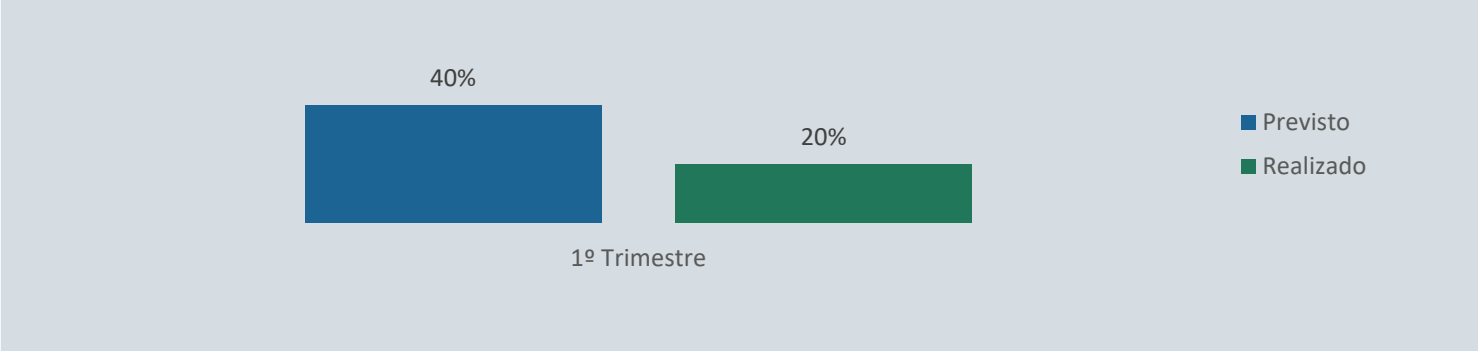
Avaliação do Projeto

O programa de gestão da integridade do MPO avançou significativamente, reforçando a transparência e o compromisso com a governança pública. No âmbito do Plano de Dados Abertos 2024-2025, o MPO disponibilizou quatro bases de dados previstas e uma adicional não programada, promovendo o controle social e fomentando pesquisas. Além disso, o evento "[Liderança Íntegra](#)", realizado em parceria com o MinC, trouxe reflexões sobre a tomada de decisão no setor público, destacando a importância da governança, da capacitação de líderes e da transparência nos processos administrativos. Outro avanço foi a implementação do Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, aprovado por meio da [Portaria GM/MPO Nº 10](#), estabelecendo medidas concretas para um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso. Paralelamente, o Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade 2024 revelou que 86% das ações previstas foram concluídas, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas. Na reunião Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI), foi apresentada a minuta do Plano de Integridade de 2025, permitindo a colaboração entre as secretarias do MPO na construção do Plano.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



3

CONFORMIDADE E
EFICIÊNCIA DA
Gestão

Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Planejar objetivos e cumprir metas são responsabilidades que envolvem todos os agentes públicos. Nesse contexto, as unidades de suporte à gestão exercem papel fundamental ao estabelecerem as bases para a execução das atividades previstas no plano de governo. No âmbito do Ministério, a Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE) atua na coordenação da gestão estratégica, administrativa e de pessoas, com competências que abrangem planejamento, inovação institucional, gestão de contratos, logística, tecnologia da informação, orçamento e finanças. Além disso, é responsável por articular-se com os órgãos centrais e monitorar a execução dos projetos estratégicos, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento institucional e o alcance dos resultados almejados.

Em 2025, como fruto da [primeira revisão do PEI/MPO 2024-2027](#), a perspectiva de Capacidades Institucionais desempenhada pela SAGE foi distribuída em 4 objetivos estratégicos, compostos de 5 projetos, por sua vez materializados em 5 resultados-chave. Os novos projetos têm foco em fortalecer as relações do Ministério com as entidades vinculadas, promover o bem-estar entre os agentes públicos, fomentar a capacitação de pessoas, simplificar processos de contratação pública, além de empreender uma métrica do impacto das entregas de valor na transformação da sociedade.

No primeiro trimestre de 2025, o principal destaque entre as ações voltadas para o avanço no cronograma de resultados de governo foi o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, com ênfase na simplificação. Como iniciativas inaugurais do ano, as unidades do Ministério foram orientadas quanto à relevância do planejamento na área de contratações públicas, bem como às práticas de governança relacionadas ao tema, em consonância com as diretrizes e instrumentos estabelecidos pela [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#).

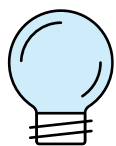
No âmbito da gestão de pessoas, com foco no bem-estar e no desenvolvimento de competências, ampliaram-se o escopo temático e as áreas de concentração do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP\)](#), de modo a atender às necessidades emergentes e alinhar as metas organizacionais às prioridades atuais. As ações de capacitação dos servidores, direcionadas ao fortalecimento das competências essenciais para um desempenho de excelência, observam o princípio constitucional da eficiência e visam aprimorar a qualidade das entregas à sociedade.

No âmbito das relações institucionais, o Ministério e suas entidades vinculadas têm buscado convergências em sua pauta estratégica, de modo a otimizar iniciativas, recursos e entregas. Para isso, está em elaboração um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das ações em comum. Já é possível vislumbrar os primeiros resultados desse trabalho, com a aproximação entre as lideranças e o estudo estratégico das informações colhidas nas entrevistas.

Com o propósito de promover a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, enquanto pilar para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, reafirmamos o compromisso com a construção de um futuro em que o planejamento, o orçamento e a avaliação de políticas públicas estejam plenamente integrados, fortalecidos e acessíveis à sociedade. À Administração Pública cabe a responsabilidade de interpretar as diretrizes governamentais e traduzi-las em ações concretas e eficazes. Com esse entendimento, em 2025, o Ministério se empenha em consolidar os avanços já alcançados e intensificar a entrega de resultados, por meio da ampliação das Capacidades Institucionais e do fortalecimento da governança.

Conformidade e Eficiência da Gestão

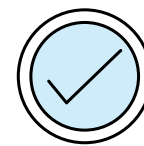
Em detalhes



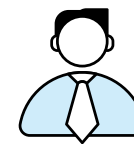
Plano Estratégico
Institucional



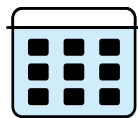
Gestão Orçamentária
e Financeira



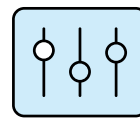
Instâncias
de Governança



Gestão de
Pessoas



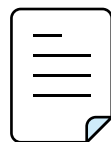
Gestão de Serviços,
Logística e Contratações



Relatórios de
Gestão Trimestral



Transparência e
Prestação de Contas



Relatório de Gestão
Integrado



Tecnologia da
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle
e Correição

4

INFORMAÇÕES

Orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

A seguir, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias:



ouvidoria.mpo@economia.gov.br



(61) 2020-5113



[Plataforma Fala.br](https://fala.br)

